

Quem Somos e Como Pensamos?

Desigualdades de Género e Rendimento nas Atitudes Sociais

Portugal, Balanço Social 2024

Perspetivas

Bruno P. Carvalho, Universidad de Alcalá e ECARES (Université Libre de Bruxelles)

João Fanha, Nova School of Business and Economics

Miguel Fonseca, Nova School of Business and Economics

Susana Peralta, Nova School of Business and Economics



Fotografia de capa de Miguel Faria, disponível em *Unsplash*.

Esta nota é um complemento ao relatório anual "Portugal, Balanço Social", um projeto da [Iniciativa para a Equidade Social](#), uma parceria entre a Fundação "la Caixa", o BPI e a Nova SBE, que visa impulsionar o setor social em Portugal com uma visão de longo prazo, traçando um retrato e desenvolvendo programas de investigação e capacitação para apoiar organizações sociais. O relatório anual "Portugal, Balanço Social" destina-se a traçar um retrato socioeconómico das famílias portuguesas, com ênfase nas situações de privação e pobreza e, quando possível, no acesso às respostas sociais existentes em Portugal. Consulte o relatório [Portugal, Balanço Social 2024 aqui](#).

EQUIPA



**SUSANA
PERALTA**

Coordenadora
Científica



**BRUNO
P. CARVALHO**

Coordenador
Científico



**MIGUEL
FONSECA**

Investigador



**JOÃO
FANHA**

Investigador

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. **As mulheres e os mais pobres têm menos interesse por política e menor participação política e cívica;**
2. **Uma em cada duas pessoas pobres afirma que a política não dá voz às pessoas;** 71% não confiam na sua capacidade de participação política;
3. As **mulheres** posicionam-se **mais à esquerda e centro-esquerda** do que os **homens** (37,5% vs. 29%);
4. A identificação com a **direita** é **duas vezes maior** nos mais ricos (35,2% vs. 16,3% nos mais pobres);
5. As **mulheres** valorizam **mais a segurança, a tradição, a benevolência e o universalismo:** 75,1% atribuem importância à **igualdade de tratamento e oportunidades** (69,7% dos homens);
6. Os **homens** dão **mais** importância aos valores de **conformidade, realização e poder:** 15,3% afirmam que é importante **ser rico (11,5% das mulheres);**
7. Os **mais pobres** valorizam **mais a conformidade e a tradição:** 31,7% afirmam que **as pessoas devem fazer o que lhes mandam e cumprir as regras** (quase o dobro dos mais ricos);
8. Os **mais ricos** mostram **maior** interesse no **poder, auto-direção, estimulação e hedonismo:** 65,1% afirmam que é importante **passar bons momentos e cuidar de si** (37%, entre os mais pobres);
9. A **confiança social** é **mais baixa** entre **as mulheres e os mais pobres;**
10. A **lealdade para com os líderes** é **mais valorizada** pelos **mais pobres** (49,1%, o que compara com 19% para mais ricos);
11. O **patriotismo** é **transversalmente valorizado** (acima de 80%), mas o **apego emocional à Europa** é **menor** entre **os mais pobres** (48,5% vs. 71,7% nos mais ricos);

12. A **pertença religiosa** é **mais comum** entre **mulheres** (76,2%) e **mais pobres** (72,7%);
13. As **mulheres** e as **pessoas mais ricas** têm **maior preocupação** com os **direitos LGBTQIA+** e com as **alterações climáticas**;
14. **Mais de 90%** das **mulheres** e das **pessoas mais pobres** **apoiam** as **políticas de redistribuição de rendimentos pelo governo**;
15. Entre 2016 e 2023, a perceção de que **a imigração tem impacto económico positivo** **aumentou** para todos os grupos, enquanto a perceção de que **a imigração enriquece culturalmente o país** **diminuiu**;
16. As **mulheres** e as **pessoas mais pobres** são **menos abertas** à **imigração**;
17. Os **homens** e os **mais pobres** **têm mais opiniões sexistas**; 60,2% dos pobres e 64,2% dos homens consideram que os homens devem proteger as mulheres;
18. A **perceção de discriminação das mulheres** é **maior** no **trabalho**, enquanto a dos **homens** é **maior** em interações com a **polícia**;
19. **As mulheres** e os **mais pobres** concentram **mais horas** de **cuidado informal intensivo** (+40 horas por semana);
20. As **políticas de discriminação positiva** **são apoiadas por mais** de 60% das pessoas, e especialmente entre **as mulheres** e **os mais ricos**.

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	5
2. DADOS E METODOLOGIA	6
3. POSICIONAMENTO POLÍTICO E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA	7
4. OS VALORES DA POPULAÇÃO RESIDENTE	12
4.1. VALORES BÁSICOS HUMANOS	12
4.2. JUSTIÇA SOCIAL, AUTORIDADE E CONFIANÇA	18
4.3. RELIGIOSIDADE	22
5. POSIÇÕES RELATIVAMENTE À IMIGRAÇÃO	23
6. POSIÇÕES RELATIVAMENTE À IGUALDADE DE GÉNERO	25
REFERÊNCIAS	34
APÊNDICE TÉCNICO	35
APÊNDICE DOS VALORES BÁSICOS HUMANOS	36

1. Introdução

Entre junho de 2024 e janeiro de 2026, Portugal atravessa um ciclo eleitoral completo, com eleições europeias, legislativas, autárquicas e, finalmente, presidenciais. Embora este relatório não se centre diretamente em resultados ou dinâmicas eleitorais, os valores aqui retratados constituem o pano de fundo sobre o qual se formam preferências eleitorais, perceções de legitimidade e expectativas sobre o papel do Estado e dos representantes políticos.

As eleições presidenciais que se aproximam são porventura o momento em que o debate está relacionado de modo mais direto com estes valores de índole estrutural.

Neste relatório, começamos por discutir o posicionamento e a participação política das pessoas que residem em Portugal. De seguida, mergulhamos nos valores subjacentes que determinam, em última análise, esse mesmo posicionamento.

Em primeiro lugar, discutimos os valores humanos básicos, de acordo com a teoria proposta por Shalom H. Schwartz, optando por adotar as designações e classificações propostas pelo autor. Esta estrutura teórica identifica dez tipos de

valores, agrupados em quatro categorias: conservação, auto-transcendência, auto-crescimento e abertura à mudança.

Em segundo lugar, analisamos os valores reportados pelas pessoas em dimensões relacionadas com a justiça social, a autoridade e a confiança nos outros, bem como com a religiosidade dos inquiridos.

Finalmente, dada a importância dos temas relacionados com a imigração e com a igualdade de género no debate público, estes dois aspetos são tratados em capítulos diferentes do relatório, com uma análise mais aprofundada.

Em cada vertente analisada, interessa-nos discutir a saudável heterogeneidade de valores que caracteriza a população. Assim, apresentamos os valores das mulheres, que contrastamos com os dos homens; e os valores das pessoas que vivem numa situação socioeconómica mais confortável, que contrastamos com os das que vivem em maior precariedade.

2. Dados e Metodologia

O relatório utiliza dados do Inquérito Social Europeu – *European Social Survey* para analisar opiniões e valores relativos à confiança social, política, religião, identidade e valores humanos. No caso do módulo relativo aos valores humanos, as perguntas que integram o inquérito derivam de uma “Teoria dos Valores Humanos Básicos” que explicamos em detalhe num apêndice deste relatório.

O *European Social Survey* é inquérito bienal que recolhe informação sobre as atitudes, valores e comportamentos sociais e políticos dos residentes em 28 países europeus (ESS, 2025). Utilizamos o ESS11, com uma amostra de 1 373 residentes em Portugal, consistindo em 795 mulheres e 578 homens, implementado em Portugal entre setembro de 2023 e fevereiro de 2024.

A nossa análise, evidencia as diferenças nos valores dos inquiridos em duas dimensões: género e rendimento. No primeiro caso, calculamos as médias ponderadas das respostas de mulheres e homens nas diferentes dimensões em análise. No segundo, contrastamos os indivíduos entre os 20% mais pobres (1.º quintil de rendimento disponível – Q1) e os 20% mais ricos (5.º quintil de rendimento

disponível – Q5) da população.¹ Como para esta análise usamos dados sobre o rendimento do agregado familiar, excluimos as observações que não têm esta informação, e apresentamos os resultados para uma amostra de 1 043 observações, dos quais 283 indivíduos pertencem ao Q1 e 110 pertencem ao Q5.²

Sempre que as respostas dos inquiridos são dadas numa escala numérica, agregamos as respostas em duas ou três categorias para facilitar a leitura dos resultados. As notas da respetiva figura descrevem a correspondência entre a escala de respostas original e a escala adota para o reporte.

3. Posicionamento político e participação política

Começamos por nos debruçar sobre as opiniões e o envolvimento em política, dimensões fundamentais na determinação da organização social, especialmente no contexto das democracias modernas.

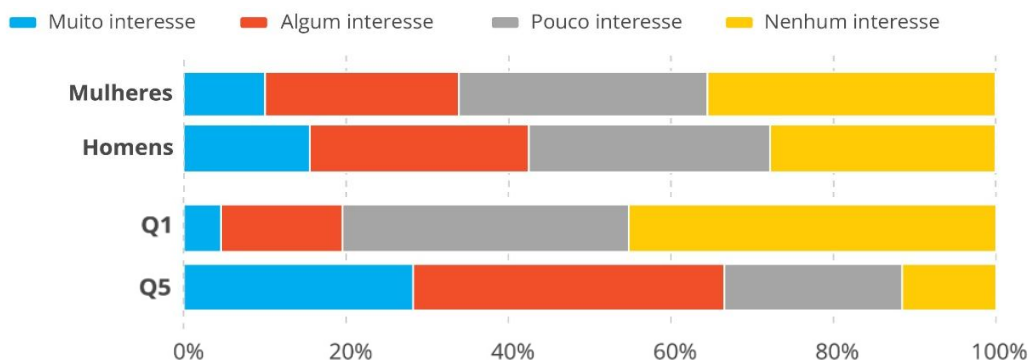
A Figura 1 apresenta o nível de interesse pela política em Portugal. As mulheres mostram menor envolvimento político: 35,5% declaram não ter nenhum interesse, face a 27,8% dos homens, e apenas 10% das mulheres referem ter muito interesse. As disparidades tornam-se mais expressivas quando comparamos os mais pobres com os mais ricos. No primeiro grupo, 45,2% não têm nenhum interesse por política e apenas 4,6% manifestam muito interesse; no segundo a tendência é inversa — apenas 11,5% não têm nenhum interesse e 28,3% dizem ter muito interesse.

Estes resultados sugerem que o envolvimento político está fortemente associado ao contexto socioeconómico, mas também ao género, refletindo assimetrias persistentes na participação cívica e no acesso a recursos que facilitam o acompanhamento e compreensão do debate político.

¹ Os quintis de rendimento são obtidos ordenando o rendimento disponível dos inquiridos em cada país e dividindo a distribuição de rendimento em cinco partes iguais, cada uma com 20% da população. Assim, os indivíduos no primeiro quintil (Q1) representam os 20% das pessoas mais pobres no país, enquanto os indivíduos no último quintil de rendimento (Q5) representam os 20% mais ricos no país. Esta escolha reflete o propósito de comparar valores mais extremos da distribuição de rendimento, mas também a necessidade de incluir observações suficientes em cada grupo para aumentar a confiança estatística da análise.

² Os quintis de rendimento são calculados depois da aplicação dos pesos de representatividade; assim, os quintis dividem a população em cinco partes iguais e não a amostra. Deste modo, o número de observações de cada quintil na amostra não é igual entre os quintis.

Figura 1 – Interesse por política (em %)

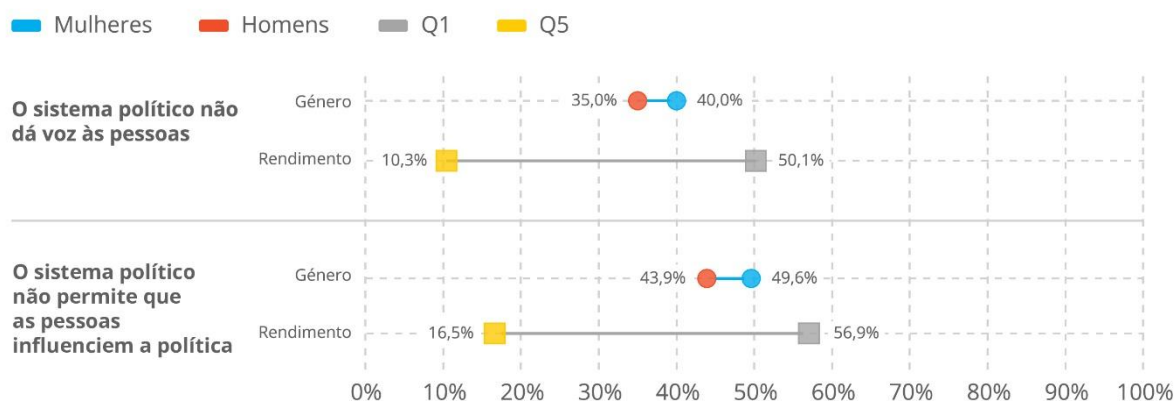


1. Fonte: ESS11 (2023).

2. Interpretação: Em Portugal, 35,5% das mulheres não tem nenhum interesse por política. Para os homens, esse valor é de 27,8%.

A Figura 2 analisa opiniões sobre o sistema político. As mulheres mostram níveis mais elevados de não confiança no sistema, com 40% a considerar que este não dá voz às pessoas e quase metade (49,6%) a afirmar que não permite influenciar a política — valores superiores aos dos homens. Mais uma vez, as diferenças tornam-se mais pronunciadas quando se considera o rendimento. Entre os mais pobres (Q1), 50,1% afirmam que o sistema não dá voz às pessoas e 56,9% consideram que não permite influenciar a política, contrastando com apenas 10,3% e 16,5% entre os mais ricos (Q5).

Figura 2 – Opiniões sobre o sistema político (em %)



1. Fonte: ESS11 (2023).

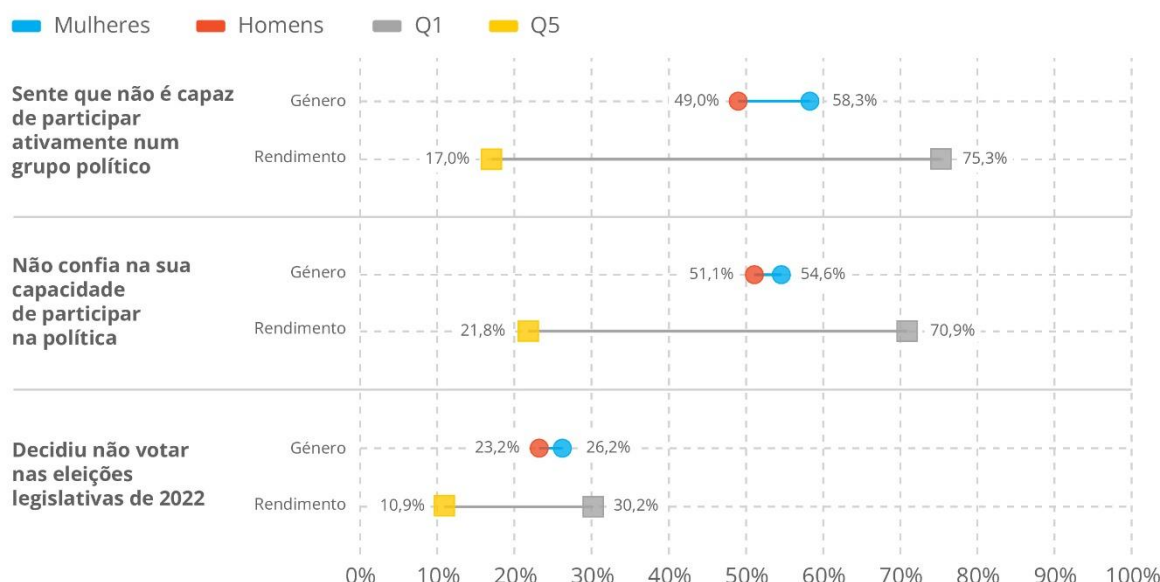
2. Consideram-se respostas negativas as correspondentes ao valor 1 numa escala entre 1 e 5, em que 1 significa “não de todo” e 5 significa “em grande medida”.

3. Interpretação: Entre os 20% mais pobres, 50,1% das pessoas pensam que o sistema político não lhes dá voz. Entre os 20% mais ricos, 10,3% são dessa opinião.

No que respeita à participação individual (Figura 3), a maioria das mulheres, dos homens e dos mais pobres sentem que não são capazes de participar ativamente num grupo político e que não confiam na sua capacidade para o fazer. Os valores são em regra mais elevados entre os homens do que entre as mulheres. A assimetria entre grupos socioeconómicos é bastante mais expressiva. Entre os mais pobres, 75,3% sentem que não são capazes de participar (+58,3 pontos percentuais que entre os mais ricos) e 70,9% não têm confiança na sua capacidade de o fazer (+49,1 pontos percentuais).

Uma forma mais tangível de avaliar a participação individual na política é considerando a sua decisão de abstenção nas últimas eleições legislativas. À data da realização do ESS11, a última eleição legislativa tinha sido a de 2022.³ Neste indicador também se verifica um maior envolvimento dos homens e das pessoas mais ricas. Embora a diferença entre géneros seja reduzida, a proporção de pessoas mais pobres que indica não ter votado é quase três vezes superior à dos mais ricos (30,2% vs. 10,9%, respetivamente).

Figura 3 – Participação política (em %)



1. Fonte: ESS11 (2023).

2. Na pergunta sobre a participação eleitoral na última eleição nacional, consideram-se negativas as respostas de quem estava elegível para votar, mas não votou. Nas restantes perguntas, consideram-se respostas negativas as correspondentes ao valor 1 numa escala entre 1 e 5, em que 1 significa “não de todo” e 5 significa “completamente capaz” e “completamente confiante”.

3. Interpretação: Entre os 20% mais pobres, 30,2% das pessoas decidiu não votar nas eleições legislativas de 2022. Entre os 20% mais ricos, apenas 10,9% tomaram essa decisão.

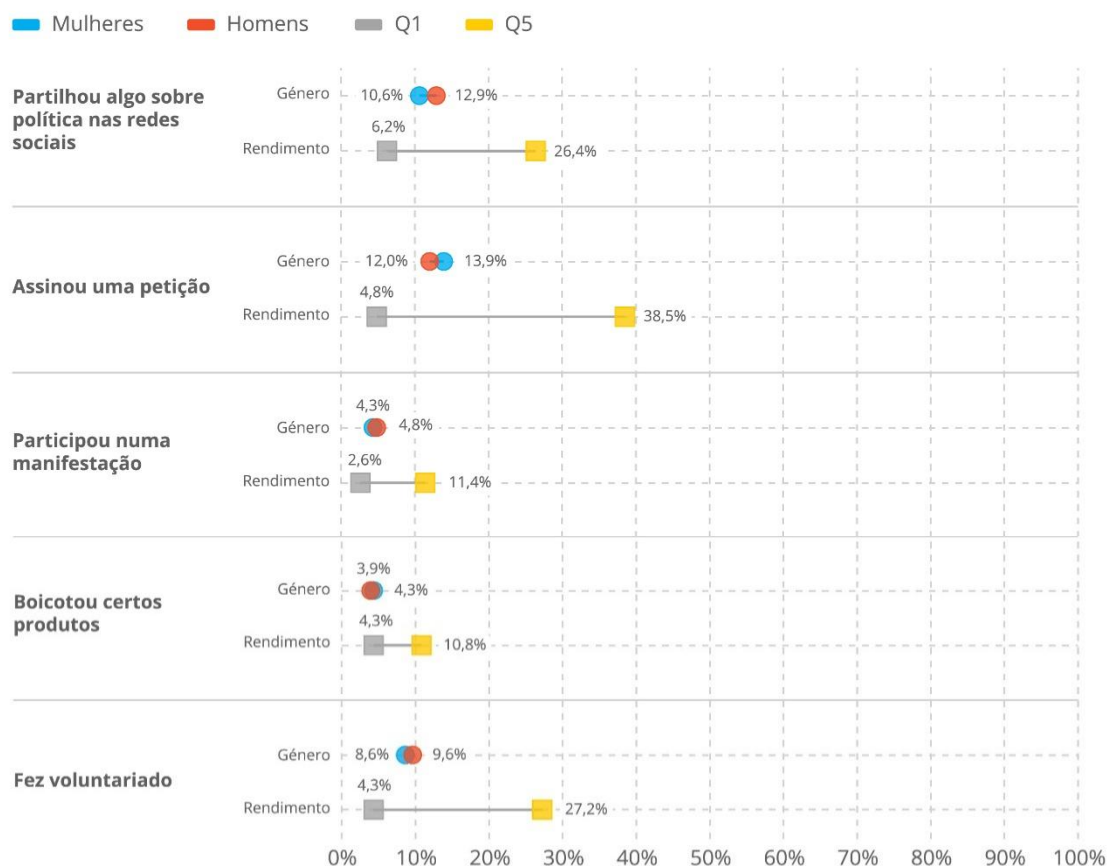
³ Nestas eleições, de acordo com dados oficiais da Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna, 51,4% dos eleitores votaram nas eleições, o que coloca a taxa de abstenção em 48,6%.

Este conjunto de resultados evidencia como a perceção de exclusão política e de falta de capacidade participativa é profundamente influenciada pelo contexto económico e, em menor grau, pelo género, contribuindo para padrões persistentes de desigualdade na participação democrática.

Além do envolvimento direto em política ou nas eleições, há outras dimensões de participação política e cívica que podemos analisar, patentes na Figura 4. Cerca de um em dez homens ou mulheres diz ter partilhado algo sobre política nas suas redes sociais. A proporção é inferior entre os mais pobres (6,2%), mas bastante superior entre os mais ricos (26,4%, ou +20,2 pontos percentuais).

As restantes medidas de participação cívica apresentadas mostram assimetrias marginais de género, com os homens a participarem mais frequentemente em manifestações e a fazerem voluntariado (4,8% e 9,6%, respetivamente) e as mulheres mais frequentemente a assinarem petições e a boicotarem produtos (13,9%, e 4,3%, respetivamente). Em contrapartida, os mais ricos evidenciam maior predisposição que os mais pobres em todas as dimensões de participação cívica. A discrepância entre os mais ricos e os mais pobres é de 8 vezes para ter assinado uma petição, 6 vezes para ter feito voluntariado, 4 vezes na participação numa manifestação e 2 vezes no boicote a certos produtos. Estes resultados sublinham, mais uma vez, que, em Portugal, a participação cívica e política é fortemente condicionada pelo estatuto económico.

Figura 4 – Participação cívica nos últimos 12 meses (em %)



1. Fonte: ESS11 (2023).

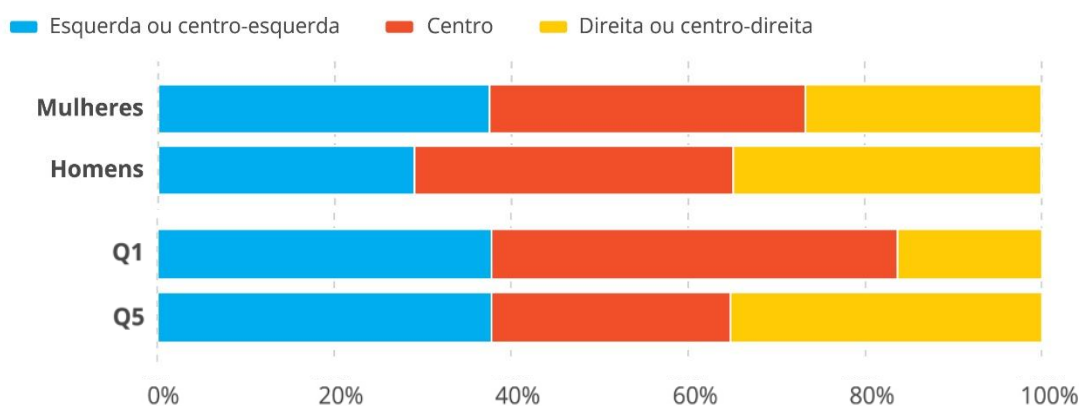
2. As estatísticas referem-se ao período de 12 meses que antecedeu a resposta ao inquérito, e todas as respostas são de sim ou não.

3. Interpretação: Em Portugal, 12,0% dos homens e 13,9% das mulheres assinaram uma petição nos últimos 12 meses.

Os dados do ESS11 permitem também avaliar as diferenças de género e rendimento no que toca à posição no espectro político. A Figura 5 apresenta estes resultados.⁴ As mulheres tendem a posicionar-se mais à esquerda ou centro-esquerda (37,5%) do que os homens (29,0%), enquanto estes se distribuem mais pela direita ou centro-direita (34,9%, face a 26,7% das mulheres). No que toca ao rendimento, tanto entre os mais pobres (Q1) como entre os mais ricos (Q5), a proporção de pessoas que se identificam com a esquerda ou centro-esquerda é semelhante (37,8%). Contudo, entre os mais ricos, a proporção que se identifica com a direita (35,2%) é duas vezes maior do que entre os mais pobres (16,3%).

⁴ Apenas 5,9% das pessoas responderam “esquerda” ou “direita”, que correspondem aos extremos da escala numérica de resposta. Por esta razão, o inquérito não permite uma distinção fiável entre os campos da esquerda e do centro-esquerda ou entre os campos da direita e do centro-direita. Assim, agregámos as respostas em apenas três categorias: esquerda ou centro-esquerda, centro, e direita ou centro-direita.

Figura 5 – Posição no espectro político (em %)



1. Fonte: ESS11 (2023).

2. Considera-se “esquerda ou centro-esquerda” e “direita ou centro-direita”, respetivamente, as respostas entre 0 e 4 e as respostas entre 6 e 10 numa escala de 0 a 10, em que 0 significa “esquerda” e 10 significa “direita”. “Centro” equivale à resposta 5 nessa escala.

3. Interpretação: em Portugal, 26,7% das mulheres e 34,9% dos homens consideram-se de direita ou de centro-direita.

4. Os valores da população residente

4.1. Valores básicos humanos

O *European Social Survey* recolhe informação sobre a concordância ou discordância com um conjunto de afirmações que refletem a teoria dos valores básicos, conforme sistematizada por Shalom H. Schwartz, de forma comparável entre países. De acordo com o autor, o estudo do posicionamento das pessoas em relação a estes valores permite capturar princípios orientadores gerais numa sociedade, que afetam as atitudes e os comportamentos individuais e coletivos nessa sociedade (Schwartz, 2003).

Neste relatório, adotamos a designação dos grupos de valores proposta pelo autor. Esta estrutura teórica identifica dez tipos de valores, agrupados em quatro categorias: conservação, auto-transcendência, auto-crescimento e abertura à mudança. No Apêndice, discutimos com mais detalhe a definição dos valores, bem como as categorias e subcategorias subjacentes.

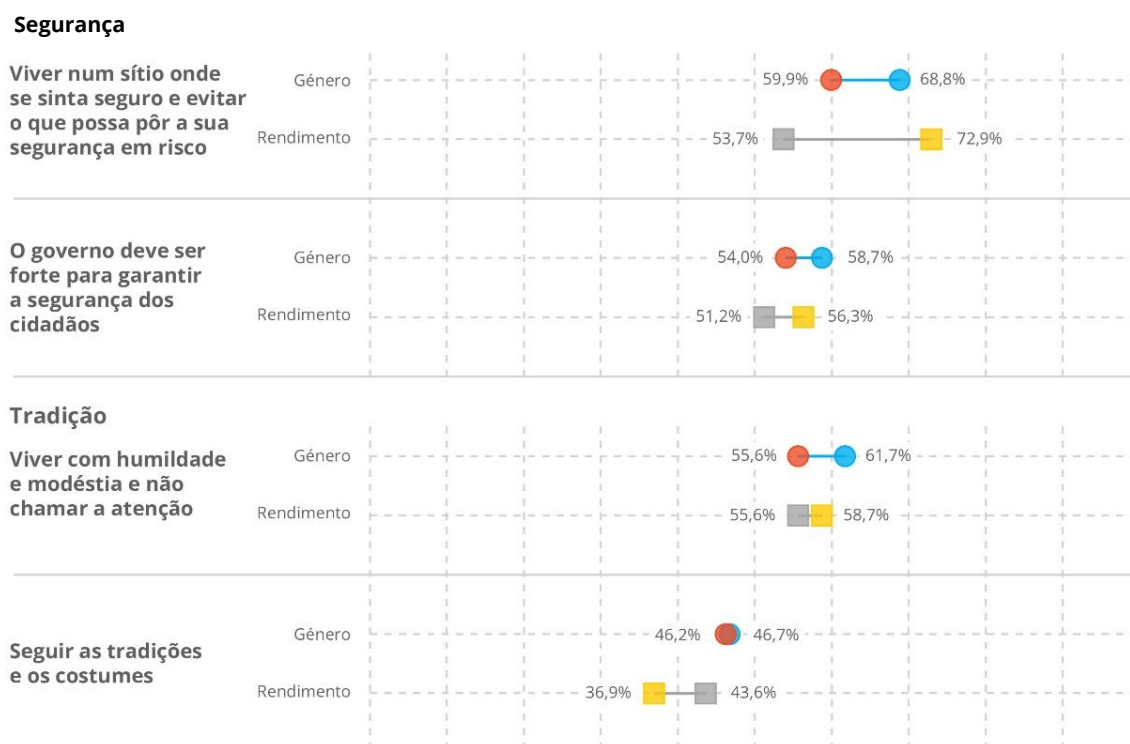
A Figura 6 mostra algumas dimensões usadas para medir a importância atribuída aos valores de *conservação*, agrupados em três categorias: segurança, tradição e conformidade. “Viver num sítio seguro” destaca-se como o valor mais consensual, sobretudo entre mulheres (68,8%) e indivíduos mais ricos (72,9%). Estes são também os segmentos da população que mais concordam que “o governo deve ser

forte para garantir a segurança". No domínio da tradição, as mulheres tendem a valorizar mais comportamentos associados à "humildade e modéstia" (61,7%), tal como os mais ricos (58,7%). Embora a importância da adesão às "tradições e costumes" seja semelhante entre géneros, os mais pobres valorizam-na em mais 6,7 pontos percentuais do que os mais ricos.

Em sentido contrário, nas dimensões de conformidade, o apoio é mais expressivo entre os homens e os mais pobres. As diferenças são particularmente expressivas relativamente à crença de que "as pessoas devem fazer o que lhes mandam e cumprir sempre as regras". A proporção de homens que concordam com esta afirmação está 4,6 pontos percentuais acima da das mulheres, e a de mais pobres 14 pontos percentuais acima da de mais ricos.

Figura 6 - Importância dos valores de conservação (em %)

Mulheres Homens Q1 Q5

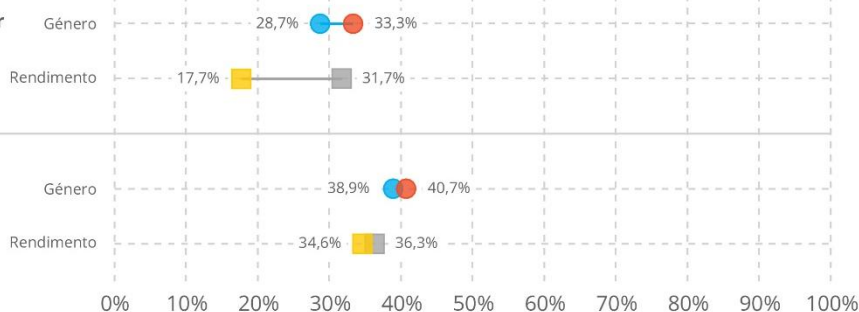


Continua na próxima página

Continuação da Figura 6

Conformidade

As pessoas devem fazer o que lhes mandam e cumprir sempre as regras



1. Fonte: ESS11 (2023).

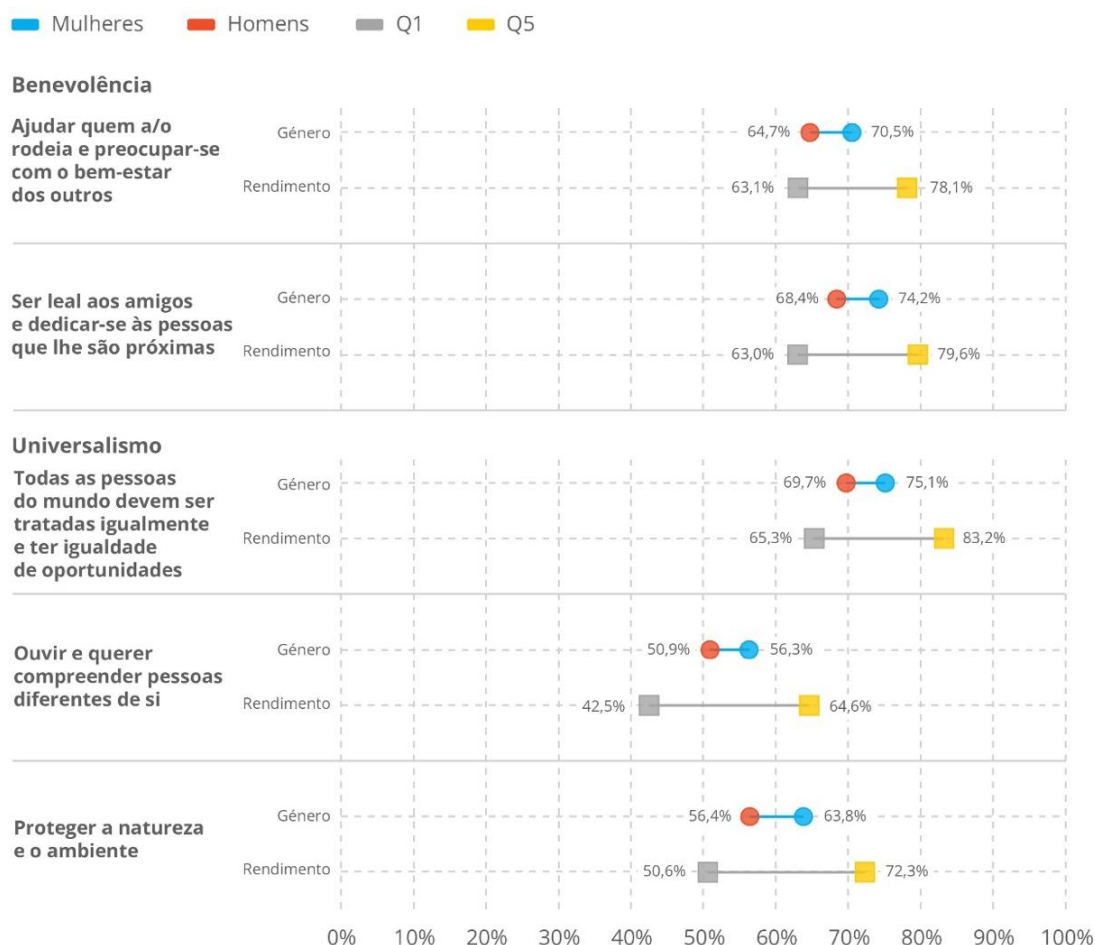
2. Nesta figura, todas as perguntas são feitas descrevendo uma pessoa para a qual cada valor é importante. Consideram-se respostas positivas aquelas entre 1 e 2 numa escala entre 1 e 6, em que 1 significa “essa pessoa é exatamente como eu” e 6 significa “essa pessoa não tem nada a ver comigo”.

3. Interpretação: Em Portugal, 53,7% das pessoas que pertencem aos 20% mais pobres consideram importante viver num sítio onde se sintam seguras e evitar o que possa pôr a sua segurança em risco. Entre os 20% mais ricos, esse valor é de 72,9%.

A Figura 7 analisa a importância atribuída aos valores de *auto-transcendência*, categorizados em duas sub-dimensões: benevolência e universalismo. De forma geral, estes valores são amplamente valorizados, com um apoio superior a 50% em quase todos os casos. Ainda assim, o apoio é sempre mais expressivo entre mulheres e entre indivíduos do quintil mais elevado de rendimento. No domínio da benevolência, as mulheres acreditam mais frequentemente que é importante “ajudar quem as rodeia” (70,5%) e “ser leal” às pessoas próximas (74,2%), valores aos quais os mais ricos atribuem, igualmente, uma importância mais elevada (78,1% e 79,6%, respetivamente).

Quanto ao universalismo, a tendência é semelhante, com as mulheres e os mais ricos a apresentarem maior apoio em todas as dimensões consideradas. As diferenças de género são maiores na perceção da importância de “proteger a natureza e o ambiente” – mais 7,4 pontos percentuais. As diferenças entre mais ricos e mais pobres são superiores para a importância de “ouvir e querer compreender pessoas diferentes”. O valor que mais apoio recolhe na dimensão do universalismo é, para todos os segmentos da população, a crença de que “todas as pessoas devem ser tratadas igualmente e ter igualdade de oportunidades”, com um apoio mínimo de 65,3% para as pessoas mais pobres. Estes resultados sugerem que tanto o género como o contexto socioeconómico influenciam a prioridade dada a valores orientados para o bem-estar coletivo, a justiça social e a sustentabilidade ambiental.

Figura 7 – Importância dos valores de auto-transcendência (em %)



1. Fonte: ESS11 (2023).

2. Nesta figura, todas as perguntas são feitas descrevendo uma pessoa para a qual cada valor é importante. Consideram-se respostas positivas aquelas entre 1 e 2 numa escala entre 1 e 6, em que 1 significa “essa pessoa é exatamente como eu” e 6 significa “essa pessoa não tem nada a ver comigo”.

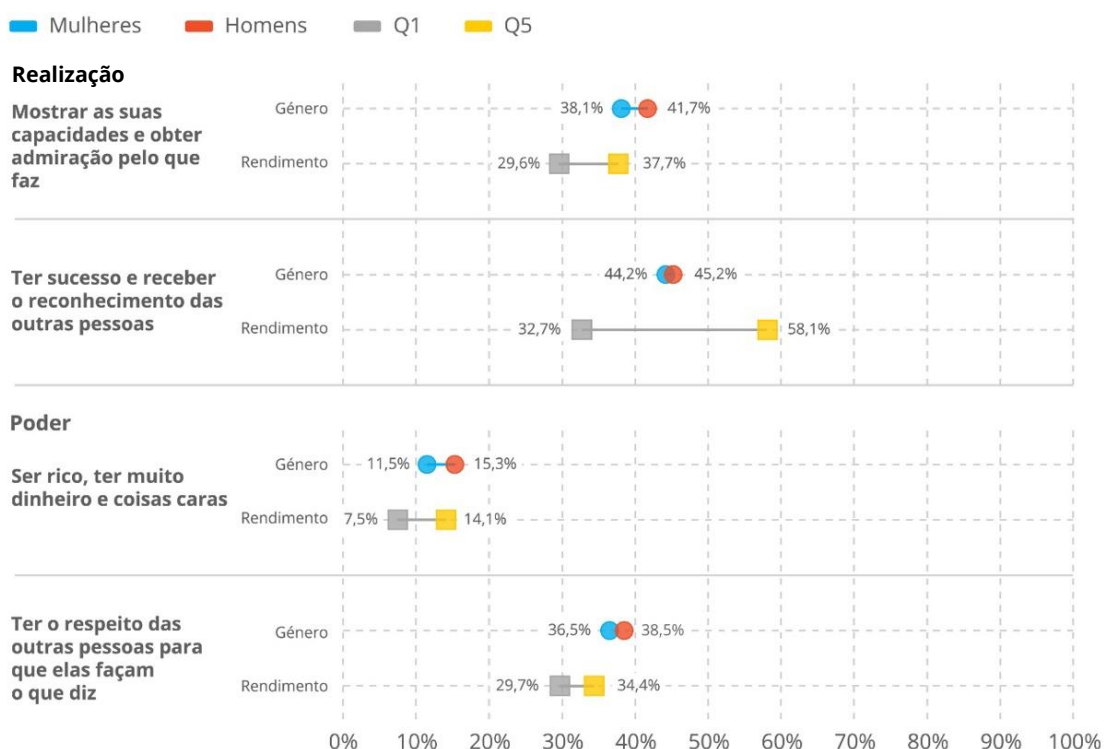
3. Interpretação: 63,8% das mulheres em Portugal consideram importante proteger a natureza e o ambiente, em comparação com 56,4% dos homens.

A Figura 8 analisa a importância atribuída aos valores de *auto-crescimento*, agrupados em duas dimensões: realização e poder. No domínio da realização, os homens valorizam ligeiramente mais “mostrar as suas capacidades” (41,7%) e “receber reconhecimento” (45,2%) do que mulheres, embora estas também atribuam importância significativa a estes aspetos. As diferenças tornam-se mais expressivas quando comparamos os mais pobres e os mais ricos. Entre os mais ricos (Q5), 37,7% acham importante “mostrar as suas capacidades” (+8,1 pontos percentuais que os mais pobres) e 58,1% acham importante “ter sucesso” (+25,4 pontos percentuais que os mais pobres).

Já nos valores relativos ao poder, a importância atribuída a “ser rico e possuir bens caros” é relativamente baixa no geral; contudo, é mais elevada entre os homens

(15,3%) e os mais ricos (14,1%). “Ter o respeito dos outros” tem importância mais transversal, embora seja novamente mais valorizado entre homens (38,5%) e indivíduos de maior rendimento (34,4%). No conjunto, estes resultados sugerem que a prioridade atribuída a metas pessoais de sucesso, estatuto e influência depende tanto do género como da posição económica dos indivíduos.

Figura 8 – Importância dos valores de auto-crescimento (em %)



1. Fonte: ESS11 (2023).
2. Nesta figura, todas as perguntas são feitas descrevendo uma pessoa para a qual cada valor é importante. Consideram-se respostas positivas aquelas entre 1 e 2 numa escala entre 1 e 6, em que 1 significa “essa pessoa é exatamente como eu” e 6 significa “essa pessoa não tem nada a ver comigo”.
3. Interpretação: Em Portugal, é importante para 11,5% das mulheres e para 15,3% dos homens ser rica/o, ter muito dinheiro e coisas caras.

A Figura 9 apresenta a importância atribuída aos valores de *abertura à mudança*: auto-direção, estimulação e hedonismo. Segundo a teoria dos valores básicos humanos, o hedonismo também pertence aos valores de auto-crescimento (Schwartz, 2012). Contudo, por simplicidade, apenas mostramos o hedonismo nesta figura. As variações por género são relativamente moderadas: homens valorizam ligeiramente mais o hedonismo e a estimulação, enquanto as mulheres apresentam valores semelhantes ou um pouco superiores na auto-direção.

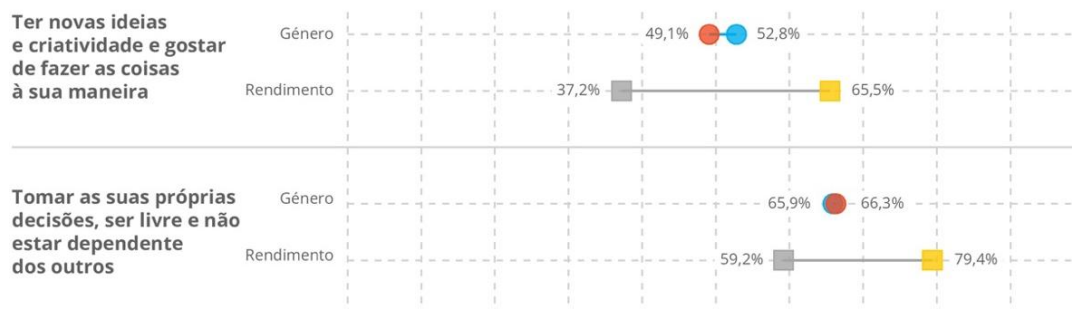
Já as diferenças socioeconómicas revelam um padrão claro: as pessoas do quintil mais rico (Q5) atribuem consistentemente maior importância a todos estes valores.

Por exemplo, 65,5% das pessoas mais ricas dizem valorizar “novas ideias e criatividade”, face a apenas 37,2% entre as pessoas mais pobres; a valorização de “tomar decisões próprias e ser livre” sobe de 59,2% entre os mais pobres para 79,4% entre os mais ricos. O mesmo se observa nos domínios da estimulação e do hedonismo: “procurar aventura, gostar de surpresas ou aproveitar oportunidades de prazer” são atitudes muito mais valorizados entre os mais ricos. No conjunto, os dados mostram que a abertura à mudança é mais importante para pessoas com maior segurança económica, enquanto as pessoas de rendimentos mais baixos revelam menor identificação com estilos de vida orientados pela autonomia, novidade e prazer.

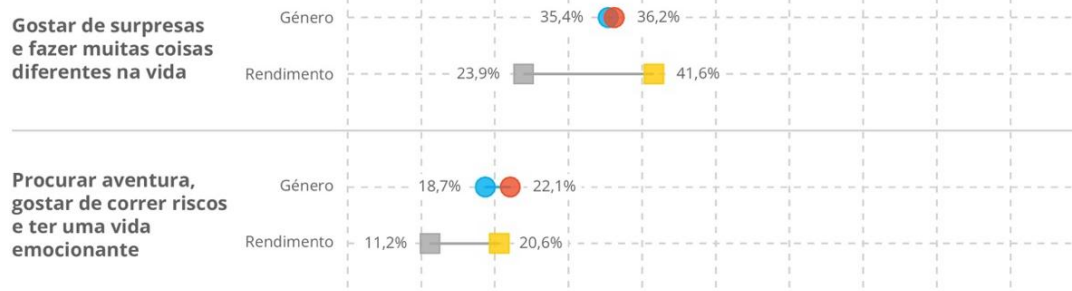
Figura 9 - Importância dos valores de abertura à mudança (em %)

■ Mulheres ■ Homens ■ Q1 ■ Q5

Auto-direção

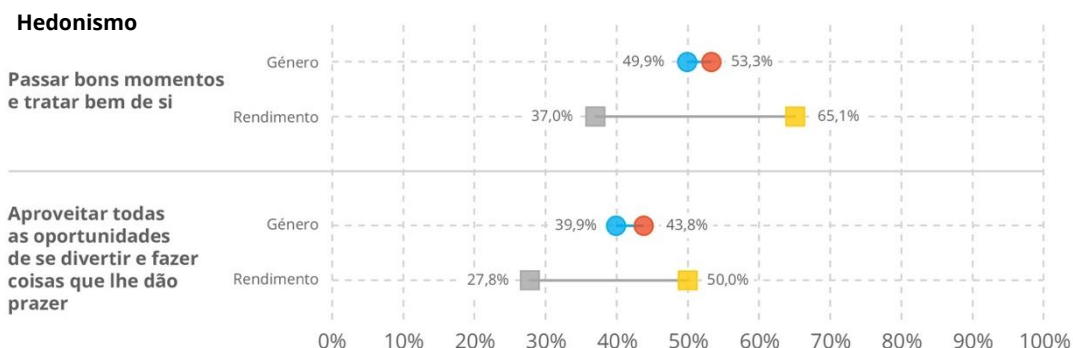


Estimulação



Continua na próxima página

Continuação da Figura 9



1. Fonte: ESS11 (2023).

2. Nesta figura, todas as perguntas são feitas descrevendo uma pessoa para a qual cada valor é importante. Consideram-se respostas positivas aquelas entre 1 e 2 numa escala entre 1 e 6, em que 1 significa “essa pessoa é exatamente como eu” e 6 significa “essa pessoa não tem nada a ver comigo”.

3. Interpretação: Em Portugal, 35,4% das mulheres e 36,2% dos homens gostam de surpresas e de fazer muitas coisas diferentes na vida.

4.2. Justiça social, autoridade e confiança

Além dos valores apresentados nas Figuras 6 a 9, associado à teoria dos valores básicos de Schwartz, a *European Social Survey* recolhe também informação sobre a perceção e opiniões dos inquiridos acerca de outras dimensões da organização da sociedade. Entre eles incluem-se os valores coletivos, opiniões sobre justiça social e a religiosidade. Discutimos estas dimensões nos próximos parágrafos.

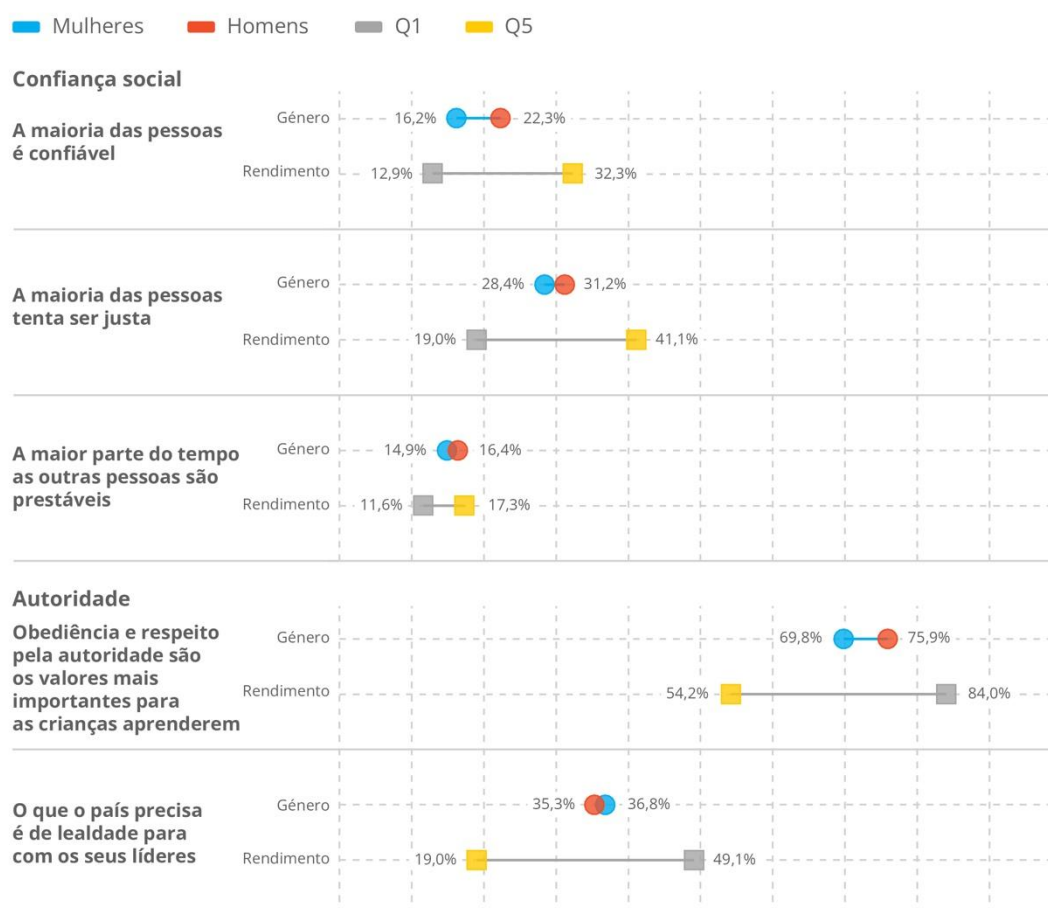
A Figura 10 resume o apoio a um conjunto de valores coletivos, em três dimensões: confiança social, autoridade e patriotismo, de acordo com o género e o rendimento. A perceção sobre a importância da confiança social é, em geral, reduzida, embora mais elevada entre homens e, sobretudo, entre os mais ricos (Q5). Entre as dimensões apresentadas, a mais importante é a crença de que as “pessoas tentam ser justas”, e a menos importante a de que “as pessoas são prestáveis”. O grupo que mais valoriza ambas as dimensões é o dos mais ricos, com 41,1% para a justiça e 17,3% para a prestabilidade. As pessoas mais ricas são também as que mais acreditam que as pessoas são “confiáveis” (com uma vantagem de +19,4 pontos percentuais face aos mais pobres).

Em relação à autoridade, a importância atribuída à “obediência e respeito” como valores essenciais para as crianças é maior entre homens (75,9%) e entre os mais pobres (84,0%), contrastando com 69,8% entre as mulheres e 54,2% entre os mais ricos. A “lealdade para com os líderes” é menos relevante, com poucas diferenças

de género, mas substancialmente mais elevada entre os pobres que entre os ricos (diferença de +30,1 pontos percentuais).

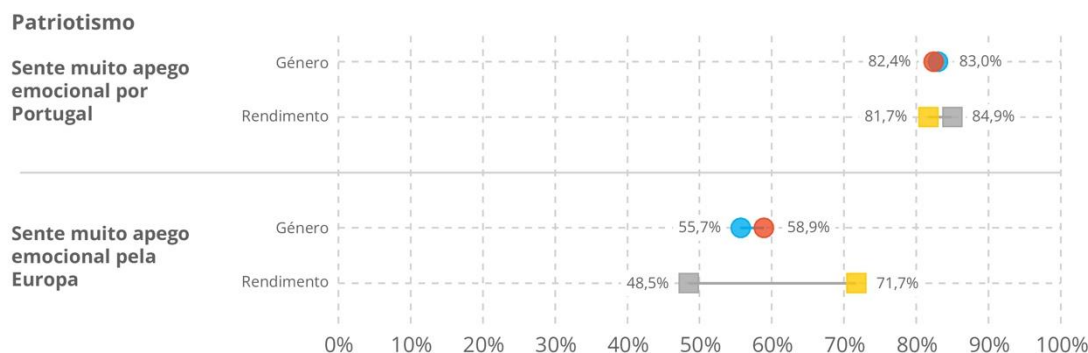
No que toca ao patriotismo, por outro lado, verifica-se um forte e transversal “apego emocional por Portugal”, com proporções acima de 80% para todos os grupos. O sentimento de “apego emocional à Europa” é sempre mais baixo, especialmente entre mulheres e os mais pobres. São os mais ricos que evidenciam maior apego emocional à Europa (71,7%).

Figura 10 - Valores coletivos (em %)



Continua na próxima página

Continuação da Figura 10



1. Fonte: ESS11 (2023).

2. Nas perguntas sobre se as pessoas são confiáveis, justas e prestáveis, consideram-se respostas positivas aquelas entre 7 e 10 numa escala entre 0 e 10, em que 0 e 10 significam, respetivamente: “todo o cuidado é pouco” e “a maioria das pessoas é de confiança”; “a maioria das pessoas tenta aproveitar-se de mim” e “a maioria das pessoas é honesta”; “as pessoas estão preocupadas com elas próprias” e “as pessoas tentam ajudar os outros”. Nas perguntas sobre autoridade, consideram-se respostas positivas aquelas entre 1 e 2 numa escala entre 1 e 5, em que 1 significa “concordo fortemente” e 5 significa “discordo fortemente”. Nas perguntas sobre patriotismo, consideram-se respostas positivas aquelas entre 7 e 10 numa escala entre 0 e 10, em que 0 significa “nenhum apego emocional” e 10 significa “muito apego emocional”.

3. Interpretação: Em Portugal, 69,8% das mulheres consideram que obediência e respeito pela autoridade são os valores mais importantes para as crianças aprenderem, o que compara com 75,9% dos homens.

A Figura 11 apresenta as diferenças de género e rendimento no apoio à justiça social em quatro dimensões: direitos LGBTQIA+, alterações climáticas, imigração, e políticas de redistribuição de rendimentos.

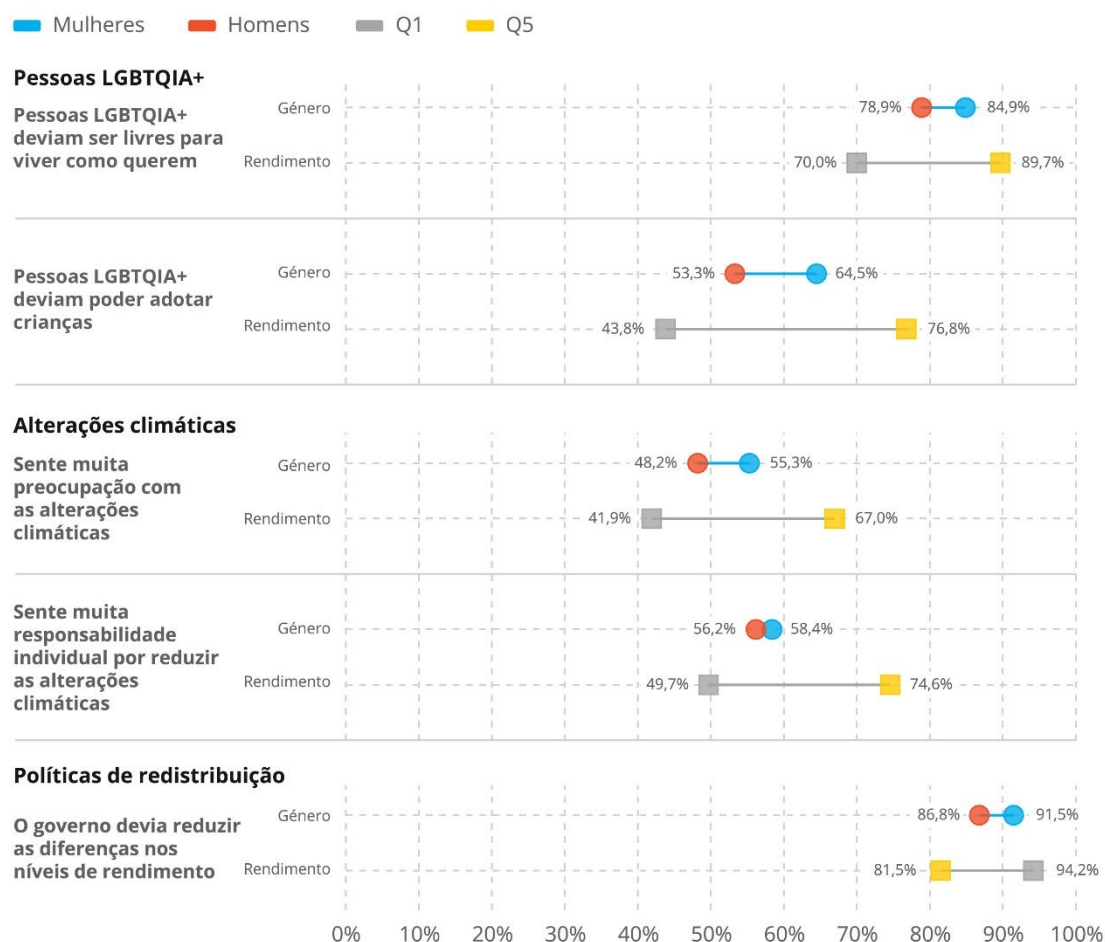
A vasta maioria dos inquiridos apoia a “liberdade das pessoas LGBTQIA+ para viverem como desejam” (84,9% das mulheres e 78,9% dos homens) e mais de metade considera que casais do mesmo sexo devem “poder adotar crianças”, embora a aceitação seja mais expressiva entre as mulheres (+11,2 pontos percentuais). O apoio aos direitos LGBTQIA+ é também maior entre os mais ricos. Neste grupo, quase 90% das pessoas concordam que estas devem “ser livres para viver como quiserem” (face a 70% entre os mais pobres); e 76,8% apoiam o direito à adoção (quase o dobro do valor registado entre os mais pobres, 43,8%).

No que respeita às alterações climáticas, 55,3% das mulheres e 48,2% dos homens manifestam preocupação significativa, e quase 60% em ambos os grupos declaram sentir uma forte responsabilidade individual para reduzir o impacto ambiental. Cerca de dois terços dos indivíduos mais ricos revelam muita preocupação com as alterações climáticas, e 74,6% sentem forte responsabilidade individual na sua mitigação, valores superiores aos dos mais pobres (com 41,9% e 49,7%, respetivamente).

A dimensão que maior apoio reúne das apresentadas na Figura 11 é a de que “o governo deve reduzir as diferenças nos níveis de rendimento”. Entre as mulheres e os mais pobres, mais de 90% das pessoas concordam com esta afirmação. O segmento da população em que a concordância com esta afirmação é menor, embora ainda bastante elevado, é o das pessoas mais ricas (81,5%).

Em geral, as mulheres e as pessoas do quintil mais rico (Q5) manifestam sistematicamente maior apoio a políticas e valores associados à inclusão e à responsabilidade social.

Figura 11 – Opiniões sobre justiça social (em %)



1. Fonte: ESS11 (2023).

2. Nas perguntas sobre direitos LGBTQIA+ e às políticas redistributivas, consideram-se respostas positivas aquelas entre 1 e 2 numa escala entre 1 e 5, em que 1 significa “concordo fortemente” e 5 significa “discordo fortemente”. Na pergunta sobre preocupação com as alterações climáticas, consideram-se respostas positivas aquelas entre 4 e 5 numa escala entre 1 e 5 em que 1 significa “nenhuma preocupação” e 5 significa “extrema preocupação”. Nas perguntas sobre responsabilidade individual para reduzir as alterações climáticas e o impacto da imigração na economia e na cultura, consideram-se respostas positivas aquelas entre 7 e 10 numa escala de 0 a 10, em que 0 e 10 significam, respetivamente: “não de todo” e “em grande medida”; “mau para a economia” e “bom para a economia”; “empobrecem a vida cultural” e “enriquecem a vida cultural”.

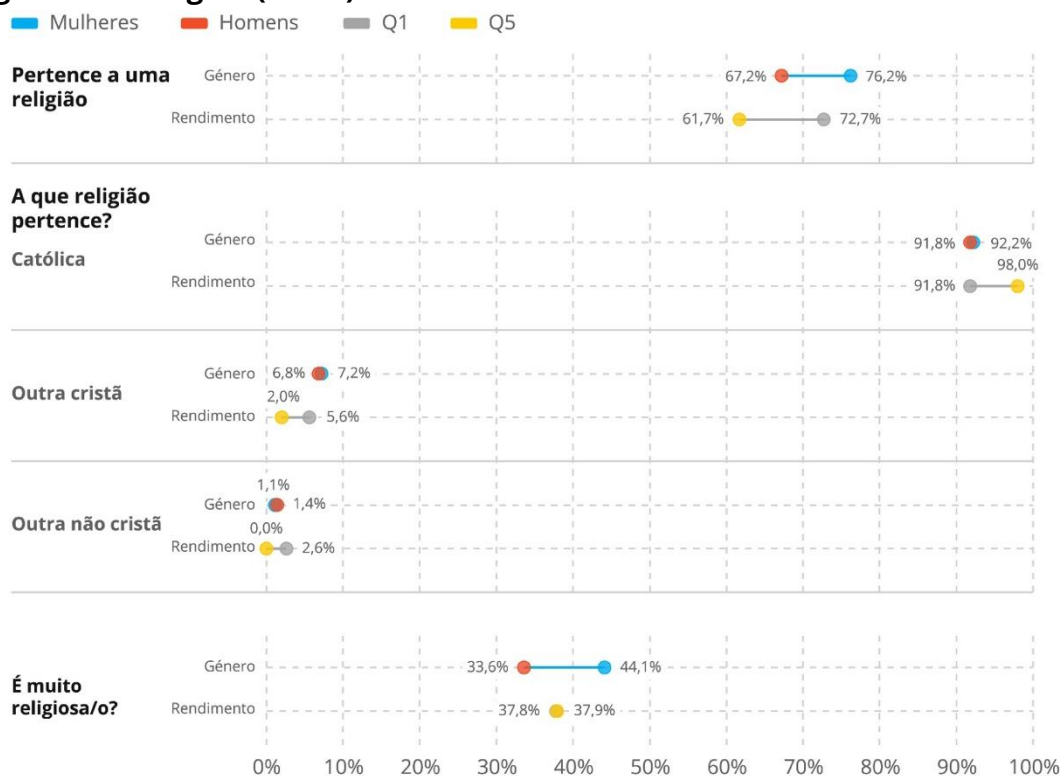
3. Interpretação: Em Portugal, 89,7% entre os 20% mais ricos concorda que as pessoas LGBTQIA+ deviam ser livres para viver como querem. Entre os 20% mais pobres, esse valor é de 70,0%.

4.3. Religiosidade

A Figura 12 mostra as diferenças de género e rendimento no que toca à religiosidade. A pertença a uma religião é mais elevada entre mulheres (76,2%) e entre pessoas do quintil mais pobre (72,7%), do que entre homens (67,2%) e entre os mais ricos (61,7%).

Entre aqueles que se identificam como religiosos, a esmagadora maioria é católica, embora esta predominância seja ainda mais marcada entre os mais ricos (98%), contrastando com 91,8% entre os mais pobres. As proporções de pessoas nas categorias "outra cristã" e "outra não cristã" são substancialmente mais baixas e similares entre géneros. Quanto ao nível de religiosidade, mulheres reportam ser "muito religiosas" com maior frequência (44,1%) do que homens (33,6%). No eixo socioeconómico, não se observam diferenças entre os mais pobres e os mais ricos (37,8% e 37,9%, respetivamente), sugerindo que, embora o rendimento influencie a probabilidade de pertença religiosa, não tem impacto relevante na intensidade da religiosidade entre crentes.

Figura 12 - Religião (em %)



1. Fonte: ESS11 (2023).

2. Considera-se "muito religiosa(o)" as respostas entre 8 e 10 numa escala de 0 a 10, em que 0 significa "nada religiosa(o)" e 10 significa "muito religiosa(o)". Apenas responderam à segunda pergunta desta figura as pessoas que responderam afirmativamente à pergunta anterior. Ao nível do género a amostra é de 1 006 pessoas, e ao nível do rendimento é de 776 pessoas.

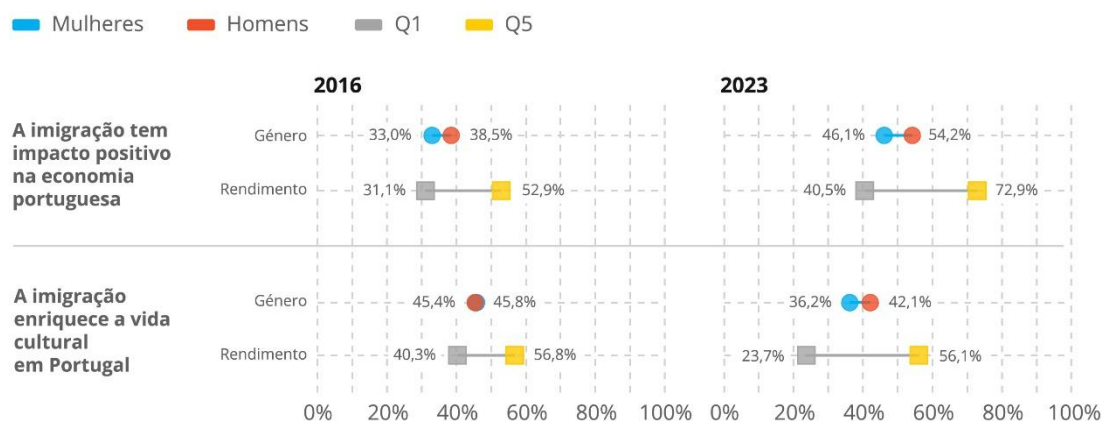
3. Interpretação: Em Portugal, 76,2% das mulheres pertencem a uma religião. Dessas, 92,2% são católicas.

5. Posições relativamente à imigração

Relativamente à imigração (Figura 13), em 2023, os homens afirmam com mais frequência que a imigração tem um impacto positivo na economia (54,2% vs. 46,1% das mulheres) e que a imigração enriquece a vida cultural em Portugal (42,1% vs. 36,2% das mulheres). No rendimento, as diferenças são mais marcantes: 72,9% das pessoas com rendimentos mais elevados (Q5) consideram que a imigração tem impacto económico positivo, enquanto apenas 40,5% dos mais pobres (Q1) partilham esta opinião. A perceção de que a imigração enriquece a vida cultural em Portugal segue o mesmo padrão.

Dado o aumento recente do número de imigrantes no país e a saliência que este tema ganhou no debate político, optámos por oferecer uma comparação com o ESS de 2016. Observamos um aumento da prevalência da opinião de que a imigração tem um impacto económico positivo em 2023, para ambos os géneros e para ambos os extremos da distribuição de rendimento. Na dimensão cultural, acontece o oposto: todos os grupos apresentam valores menores.

Figura 13 - Opiniões sobre impacto da imigração (em %)



1. Fonte: ESS8 (2016) e ESS11 (2023).

2. Consideram-se respostas positivas aquelas entre 7 e 10 numa escala de 0 a 10, em que 0 e 10 significam, respetivamente: “não de todo” e “em grande medida”; “mau para a economia” e “bom para a economia”; e “empobrecem a vida cultural” e “enriquecem a vida cultural”.

3. Interpretação: Em 2023, 72,9% dos indivíduos entre os 20% mais ricos concorda que a imigração tem um impacto positivo na economia portuguesa. Entre os 20% mais pobres, esse valor é de 40,5%.

A Figura 14 apresenta as opiniões qualitativas sobre a quantidade de pessoas que deveriam poder imigrar para Portugal, distinguindo entre indivíduos da mesma etnia da maioria dos portugueses e de etnia diferente. Em 2023, tanto homens como mulheres tendem a preferir a entrada de “algumas” ou “poucas” pessoas, evitando

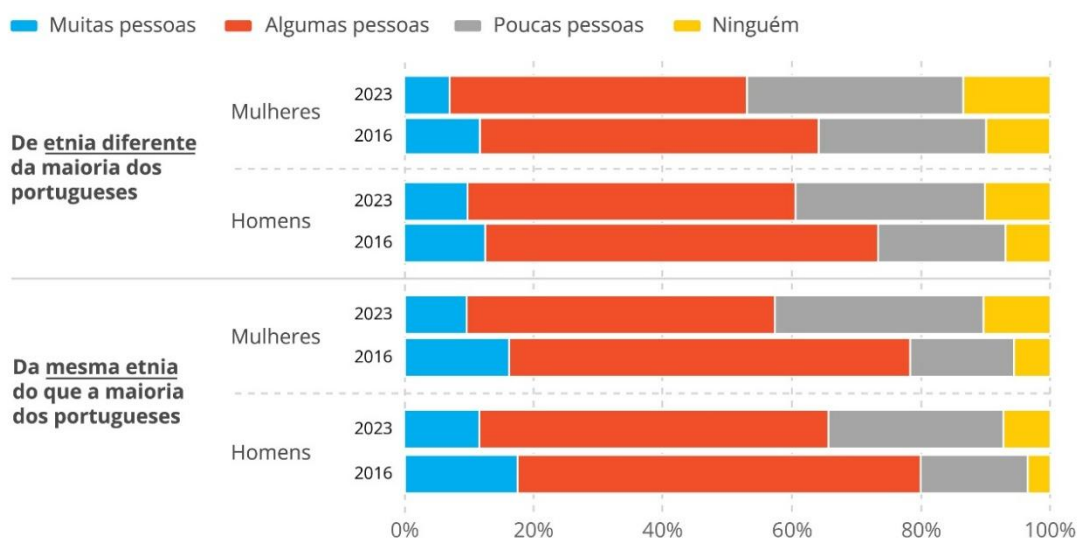
os extremos da escala. À semelhança da Figura 11, os homens mostram ligeiramente uma maior abertura à imigração, independentemente da origem étnica. Ainda assim, em ambos os géneros, o apoio por imigração de origem étnica similar é ligeiramente superior à de origem étnica diferente.

As diferenças socioeconómicas são mais acentuadas. Entre os mais ricos (Q5), 21,3% apoiam a entrada de muitas pessoas da mesma etnia; 17,7% são a favor da entrada de pessoas de etnia diferente. Entre os mais pobres (Q1) estes valores descem para 7,2% e 5,3%, respetivamente. Em contraste, a rejeição total ("ninguém") é claramente superior entre os mais pobres. Estes resultados revelam que o rendimento influencia de forma significativa as atitudes face à imigração, sendo as pessoas com maiores recursos económicos mais abertas à entrada de imigrantes, independentemente da sua origem étnica.

Comparando com 2016, em todos os grupos exceto os mais ricos (Q5), houve um aumento da rejeição total ("ninguém") e uma diminuição da preferência à entrada de muitas pessoas. Entre os mais ricos, esta tendência inverte-se, havendo maior abertura à imigração.

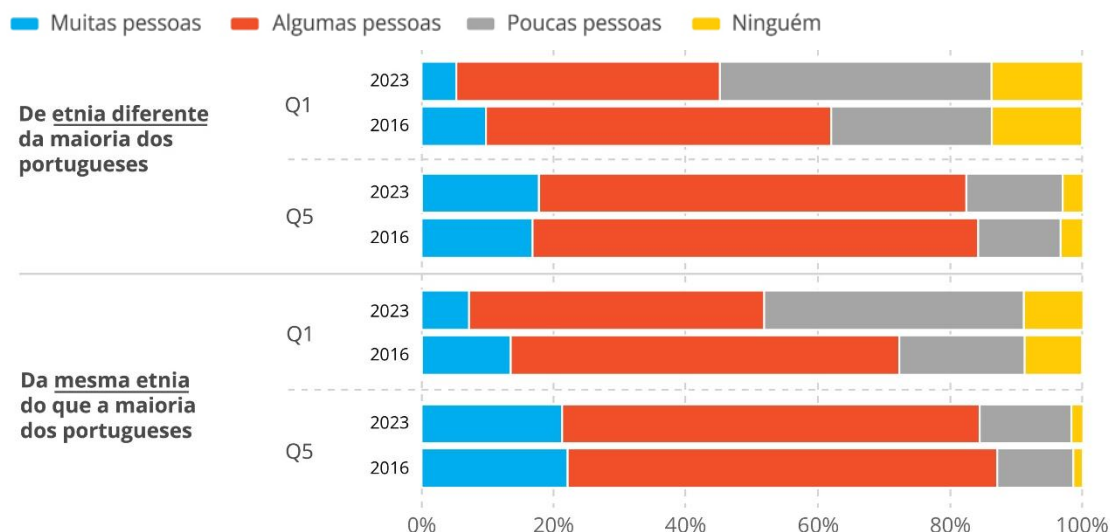
Conjugando com a evidência na Figura 8, o aumento da rejeição indica que os motivos culturais têm um maior peso na determinação das posições dos inquiridos do que os económicos.

Figura 14 - Opiniões sobre quantas pessoas deviam poder imigrar para Portugal (em %)



Continua na próxima página

Continuação da Figura 14



1. Fonte: ESS8 (2016) e ESS11 (2023).

2. Interpretação: Em 2023, 17,7% das pessoas que pertencem ao 5º quintil da distribuição de rendimentos consideram que muitas pessoas de etnia diferente da maioria dos portugueses devam poder imigrar para Portugal. Entre as pessoas do 1º quintil, esse valor é de 5,3%.

6. Posições relativamente à igualdade de género

A Figura 15 apresenta um conjunto de opiniões associadas a atitudes sexistas em relação às mulheres em Portugal. Nalguns casos as diferenças entre géneros são relativamente baixas. Apenas 12,3% das mulheres e 16% dos homens acreditam que as mulheres procuram controlar os homens para ganhar poder; por outro lado, 6,7% e 8,3%, respetivamente, pensam que as mulheres exageram acusações de assédio sexual. Para ambos os géneros, cerca de 1 em cada 5 pessoas acha que as mulheres se ofendem facilmente.

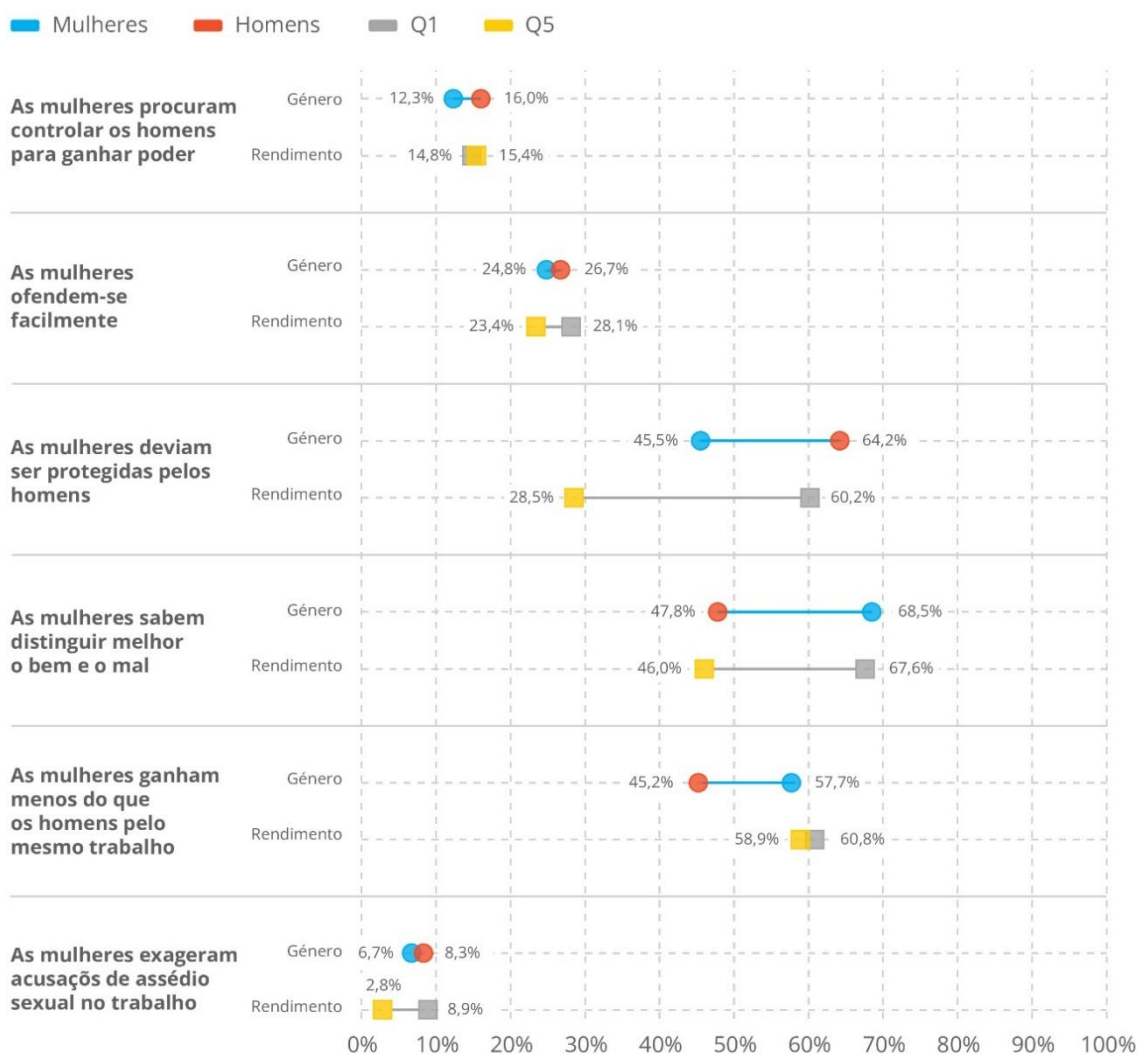
As diferenças são mais amplas noutras dimensões. A maioria das mulheres (57,7%) e quase metade dos homens (45,2%) concordam que as mulheres são menos bem pagas do que os homens pelo mesmo trabalho. Uma disparidade semelhante ocorre no que toca aos estereótipos de género. Por um lado, 45,5% das mulheres e 64,2% dos homens consideram que as mulheres devem ser protegidas pelos homens; por outro, 68,5% das mulheres e 47,8% dos homens consideram que as mulheres tendem a distinguir melhor o certo do errado.

As diferenças por quintil do rendimento mostram padrões mistos: as opiniões sexistas tendem a ser mais prevalentes no quintil mais pobre (Q1) do que no mais rico (Q5). A única exceção, com uma diferença residual de -0,6 pontos percentuais, é a proporção de pessoas que acreditam que as mulheres procuram controlar os

homens para ganhar poder. As diferenças entre os mais pobres e os mais ricos são especialmente expressivas na perceção de que as mulheres devem ser protegidas pelos homens (+31,7 pontos percentuais) e na crença de que as mulheres sabem distinguir melhor o bem e o mal (+21,6 pontos percentuais).

Estes resultados evidenciam que as atitudes sexistas persistem e variam significativamente consoante o género e o contexto socioeconómico.

Figura 15 - Opiniões sexistas (em %)



1. Fonte: ESS11 (2023).

2. Nas duas primeiras e nas duas últimas perguntas, consideram-se respostas positivas aquelas entre 4 e 5 numa escala de 1 a 5, em que 1 significa "nunca" e 5 significa "sempre". Na terceira e quarta perguntas, consideram-se respostas positivas aquelas entre 1 e 2 numa escala entre 1 e 5, em que 1 significa "concordo fortemente" e 5 significa "discordo fortemente".

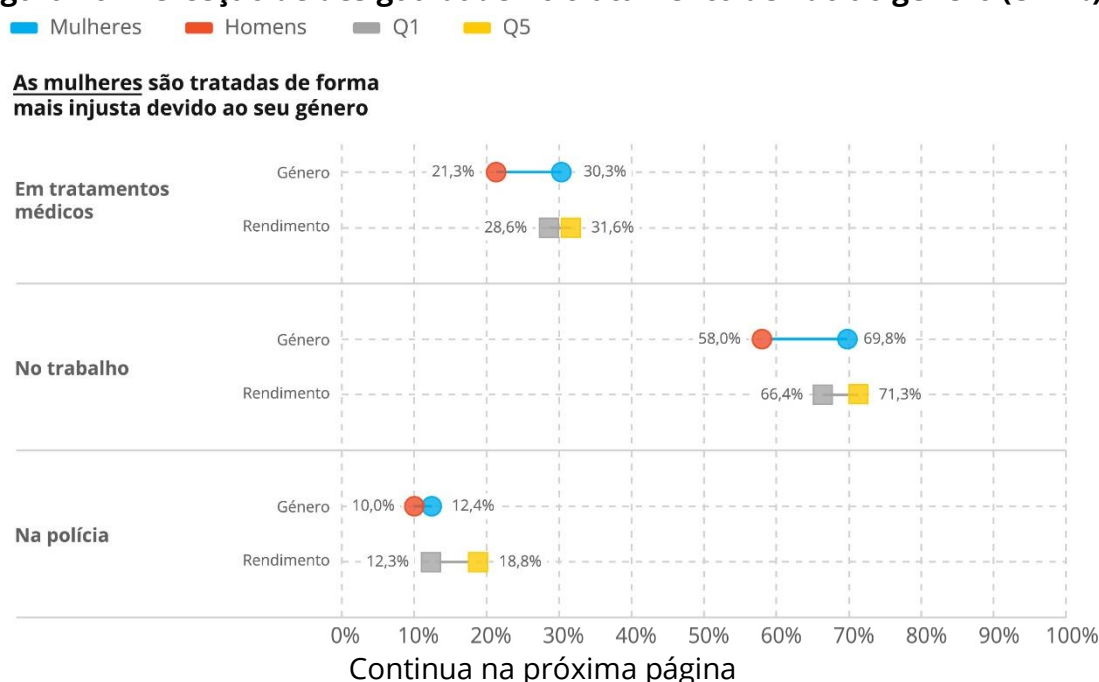
3. Interpretação: Em Portugal, 16,0% dos homens pensam que as mulheres procuram frequentemente ou sempre controlar os homens para ganhar poder.

A Figura 16 apresenta as percepções sobre as desigualdades de tratamento consoante o género. Os quatro segmentos da população analisados identificam as mulheres como mais frequentemente alvo de tratamentos injustos, sobretudo no trabalho e nos cuidados médicos. A única exceção é relativa ao tratamento injusto pela polícia, que os inquiridos do sexo masculino consideram ser mais comum relativamente aos homens do que às mulheres. Assim, a percentagem de homens que afirma que os homens são tratados injustamente pela polícia é de 17,9%, ao passo que apenas 10% têm uma percepção de injustiça relativamente às mulheres.

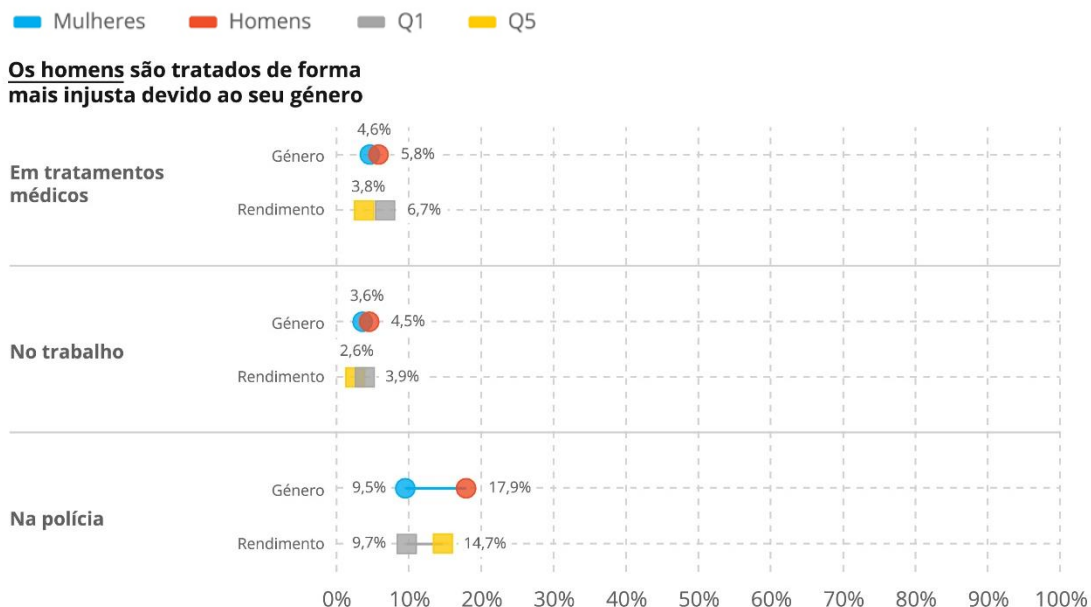
A análise revela, ainda, dois factos interessantes. Primeiro, em regra, tanto mulheres quanto homens reportam maior prevalência de percepção de injustiça entre o próprio género. Ainda assim, a discrepância nas avaliações entre inquiridos tende a ser maior quando a pergunta é sobre injustiças sofridas pelas mulheres. Por exemplo, nas percepções de injustiça no trabalho sofridas pelas mulheres, a diferença entre a avaliação das mulheres e homens inquiridos é de 11,8 pontos percentuais; enquanto nas sofridas pelos homens, a diferença de avaliação entre homens e mulheres é de 0,9 pontos percentuais. Segundo, em geral, os indivíduos do quintil mais rico (Q5) valorizam mais a injustiça sofrida pelas mulheres dos que os indivíduos do quintil mais pobre (Q1).

Estes dados sublinham que as percepções de injustiça de género são mais expressivas entre os mais ricos e as mulheres, especialmente no domínio laboral.

Figura 16 - Percepção de desigualdade no tratamento devido ao género (em %)



Continuação da Figura 16



1. Fonte: ESS11 (2023).

2. Reportam-se nesta figura as percentagens de pessoas que concordam com cada uma das duas frases e em cada uma das situações. Por simplicidade, não se reportam nesta figura os resultados relativos à resposta “os homens e as mulheres são tratados de forma igualmente justa”.

3. Interpretação: 28,6% das pessoas que pertencem ao primeiro quintil da distribuição de rendimentos em Portugal consideram que as mulheres são tratadas de forma mais injusta do que os homens durante tratamentos médicos.

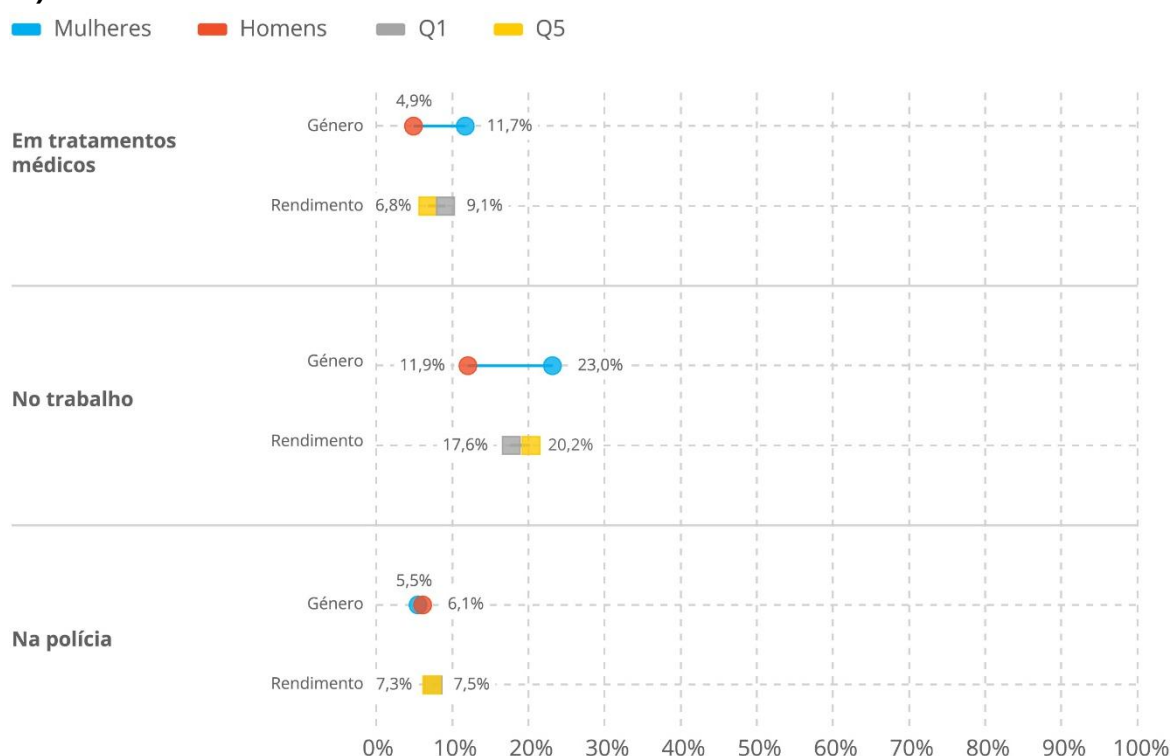
Enquanto a informação da Figura 16 se refere a perceções gerais sobre desigualdades de tratamento, a Figura 17 mostra a proporção de pessoas que afirma ter sido vítima de tratamentos injustos devido ao género nas mesmas dimensões.

Em Portugal, 11,7% das mulheres e 4,9% dos homens referiram ter sofrido tratamento injusto em contextos médicos. No trabalho, a diferença de género é mais acentuada: 23% das mulheres, contra 11,9% dos homens, reportaram ter sido alvo de discriminação. No que respeita ao contacto com a polícia, as proporções são mais equilibradas, com a experiência e perceção de tratamento injusto ligeiramente mais elevada para os homens (5,5% das mulheres e 6,1% dos homens).

Relativamente ao nível de rendimento, as experiências de discriminação no trabalho são mais frequentemente reportadas entre os mais ricos (Q5), com 20,2%, e em tratamentos médicos entre os mais pobres (Q1). Não existem diferenças entre os mais pobres e os mais ricos no que toca à experiência de tratamentos injustos pela polícia.

A dimensão na qual todos os segmentos da população reportam mais frequentemente ter sofrido desigualdades de tratamento é no trabalho. Por outro lado, comparando os resultados das últimas figuras, os dados sugerem que a perceção de injustiças (Figura 16) é tipicamente superior à experiência das mesmas (Figura 17).

Figura 17 - Experiência de desigualdade no tratamento devido ao género (em %)



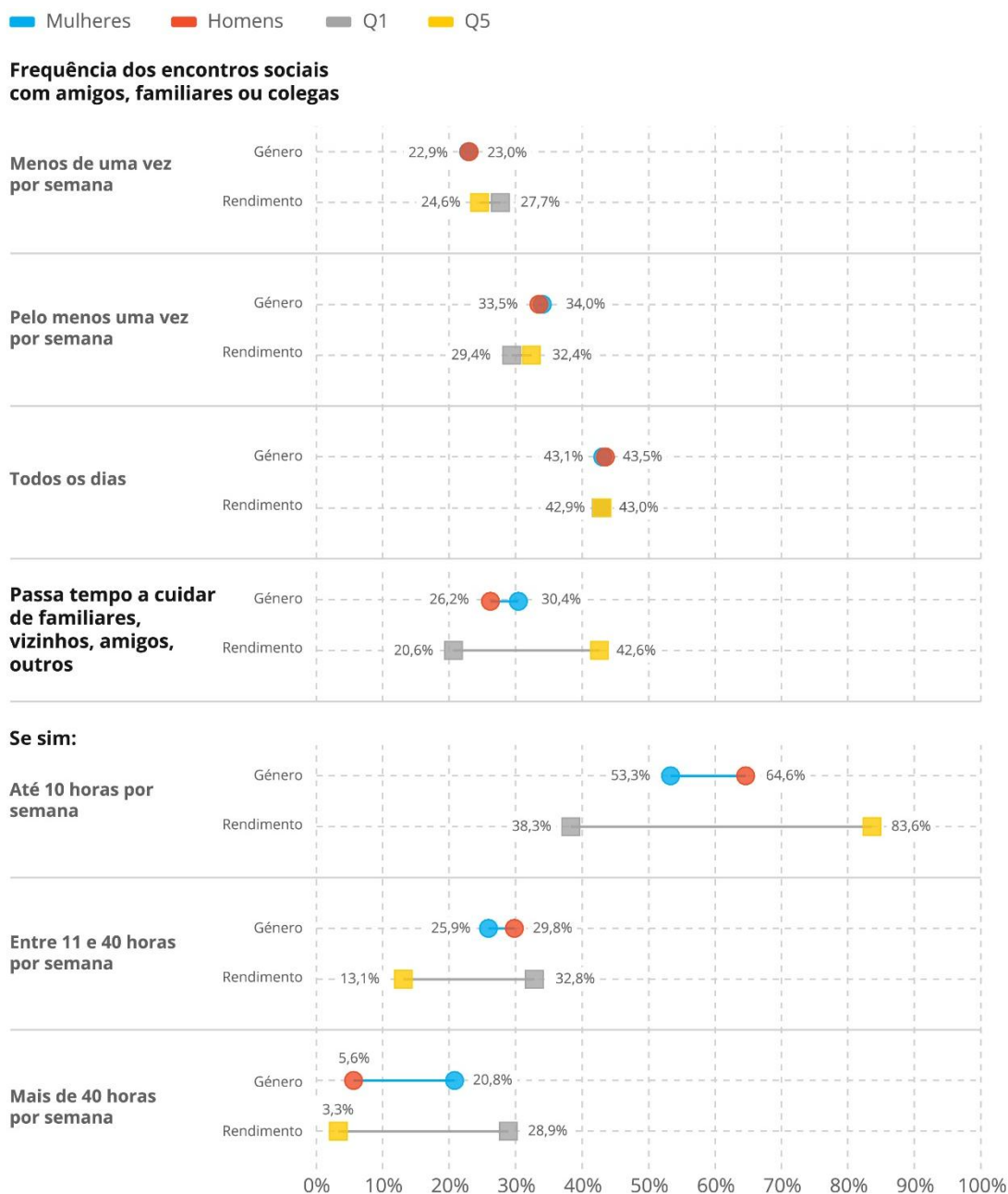
1. Fonte: ESS11 (2023).

2. Consideram-se as respostas de quem foi alvo de desigualdade no tratamento devido ao seu género pelo menos uma vez.

3. Interpretação: Em Portugal, 11,7% das mulheres consideram já ter sido tratadas de forma injusta durante um tratamento médico devido ao seu género.

É também interessante analisar as diferenças no uso do tempo entre géneros e entre ricos e pobres. A Figura 18 apresenta estes dados. Em geral, observa-se que a frequência de encontros sociais é relativamente semelhante nos quatro segmentos da população analisados. Já no cuidado informal a familiares, vizinhos ou amigos, as mulheres reportam maior envolvimento (30,4%) do que os homens (26,2%) e os mais ricos (42,6%) mais do que os mais pobres (20,6%).

Figura 18 – Uso do tempo (em %)



1. Fonte: ESS11 (2023).

2. Apenas responderam à terceira pergunta desta figura as pessoas que responderam afirmativamente à pergunta anterior. Ao nível do género a amostra é de 347 pessoas, e ao nível do rendimento é de 282 pessoas.

3. Interpretação: Em Portugal, entre os que cuidam de outros, 28,9% das pessoas que pertencem ao Q1 passam mais de 40 horas por semana a cuidar de familiares, amigos, vizinhos ou outros. Entre os 20% mais ricos, esse valor é de 3,3%.

Quando analisamos a percentagem de pessoas que dedicam mais de 40 horas semanais ao cuidado dos outros, a discrepância entre mulheres e homens aumenta e, por outro lado, passam a ser os mais pobres que mais se dedicam ao cuidado.

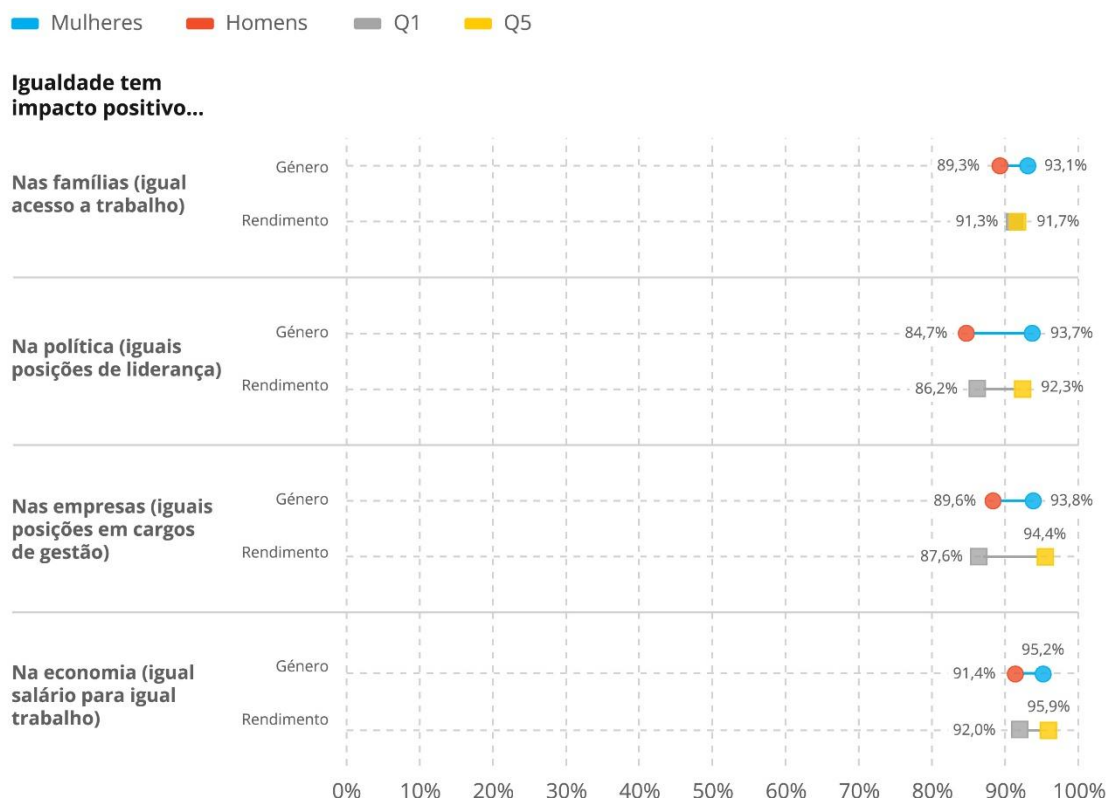
Assim, entre os que cuidam de outros, 20,8% das mulheres dedicam mais de 40 horas por semana ao cuidado, enquanto para os homens esse valor é de 5,6%. No quintil mais pobre (Q1) 28,9% dedicam mais de 40 horas semanais ao cuidado, ao passo que no quintil mais rico (Q5) esse valor desce para apenas 3,3%. Nesta categoria (mais de 40 horas), a prevalência é quase quatro vezes maior para as mulheres que para os homens, e quase 9 vezes maior para os pobres do que para os ricos.

O ESS11 recolhe também informação de opiniões sobre a importância da igualdade de género e o apoio a políticas de discriminação positiva. A Figura 19 mostra que há um forte consenso quanto aos efeitos positivos da igualdade de género na família, na política, nas empresas e na economia, especialmente entre as mulheres.

Em Portugal, mais de 93% das mulheres consideram que a igualdade de género tem um impacto positivo nestas quatro dimensões. Embora com valores ligeiramente mais baixos, os homens residentes em Portugal também manifestam uma perceção positiva acerca dos efeitos da igualdade. Destaca-se que 95,2% das mulheres e 91,4% dos homens reconhecem que igualdade salarial para trabalho igual teria um impacto muito positivo na economia.

As diferenças por rendimento são igualmente pequenas, mas revelam que o quintil mais rico (Q5) apresenta percentagens mais elevadas, sobretudo nos domínios político e empresarial, sugerindo uma maior valorização da paridade em posições de liderança e gestão.

Figura 19 - Opiniões sobre a importância da igualdade de género (em %)



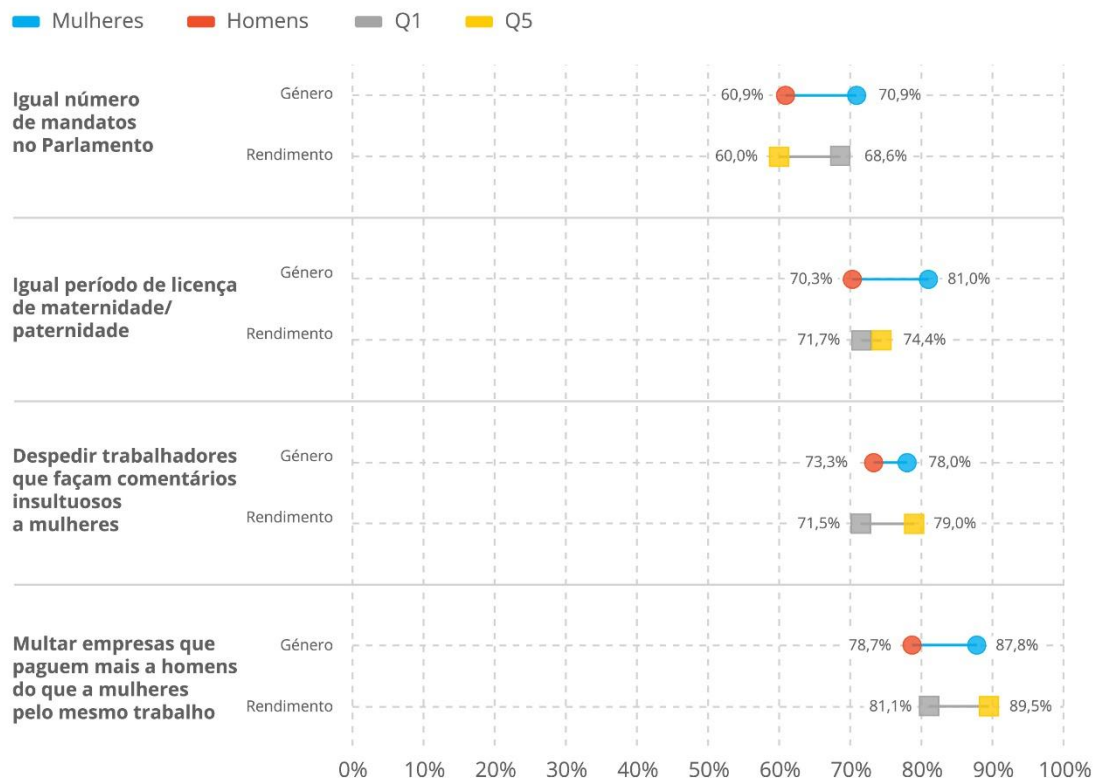
1. Fonte: ESS11 (2023).

2. Considera-se que há igualdade de género nas famílias, na política, nas empresas e na economia se, respetivamente, houver iguais números de mulheres e homens a participar no mercado de trabalho, em posições de liderança política, em cargos de gestão nas empresas e se houver um salário igual para o mesmo tipo de trabalho. Considera-se "impacto positivo" as respostas entre 4 e 6 numa escala de 0 a 6, em que 0 significa "impacto muito negativo" e 6 significa "impacto muito positivo".

3. Interpretação: Em Portugal, 93,1% das mulheres consideram que haver um número igual de mulheres e homens a participar no mercado de trabalho teria um impacto positivo ou muito positivo nas famílias.

A Figura 20 mostra que existe um elevado apoio em Portugal a políticas destinadas a promover a igualdade de género, sendo este mais expressivo entre as mulheres. Assim, 70,9% das mulheres e 60,9% dos homens concordam que deve existir um igual número de mandatos parlamentares para ambos os sexos. A medida com maior aceitação é a aplicação de multas a empresas que paguem mais aos homens do que às mulheres pelo mesmo trabalho, apoiada por 87,8% das mulheres e 78,7% dos homens. Também se observa um forte consenso relativamente à igualdade no período de licença parental e à sanção de comportamentos insultuosos dirigidos a mulheres no trabalho. O apoio tende a ser mais forte entre indivíduos de rendimentos mais elevados (Q5), sobretudo nas medidas associadas à igualdade parental e salarial. Estes resultados revelam um apoio substancial a políticas corretivas destinadas a reduzir disparidades e promover práticas laborais e institucionais mais equitativas.

Figura 20 - Apoio a políticas de discriminação positiva (em %)



1. Fonte: ESS11 (2023).

2. Considera-se que uma pessoa apoia uma medida de discriminação positiva se respondeu entre 1 e 2 numa escala de 1 a 5, em que 1 significa "apoio fortemente" e 5 significa "oponho-me fortemente".

3. Interpretação: Em Portugal, 81,0% das mulheres e 70,3% dos homens pensam que deveria haver iguais períodos de licença de maternidade e de paternidade para mulheres e para homens.

Referências

ESS, E. (2025). *ESS11 - integrated file, edition 3.0*. Sikt - Norwegian Agency for Shared Services in Education and Research. doi:https://doi.org/10.21338/ess11e03_0.

Schwartz, S. H. (2012). *An overview of the Schwartz theory of basic values*. Online readings in Psychology and Culture.

Schwartz, S. H. (2003). *A proposal for measuring value orientations across nations. Questionnaire package of the european social survey*.

Apêndice Técnico

- **Agregado Doméstico Privado:** conjunto de pessoas que residem no mesmo alojamento e cujas despesas fundamentais ou básicas (alimentação, alojamento) são suportadas conjuntamente, independentemente da existência ou não de laços de parentesco;
- **Autoridade de Polícia:** instituição ou elementos dessa instituição que são indicados como tal nos diplomas orgânicos das Forças e Serviços de Segurança. Incluem-se a Guarda Nacional Republicana (GNR), a Polícia de Segurança Pública (PSP), o antigo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), a Polícia Judiciária (PJ) e outras;
- **Discriminação:** qualquer distinção, exclusão, restrição, preferência ou tratamento desigual direta ou indiretamente manifestados por motivos proibidos e que anulam ou prejudicam o reconhecimento ou exercício, em pé de igualdade, de liberdades fundamentais e direitos humanos no campo político, económico, social, cultural ou em qualquer outro campo da vida pública. Os motivos proibidos de discriminação são raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou outra, origem social, propriedade, estado de nascimento, deficiência, idade, nacionalidade, estado civil e familiar, orientação sexual, identidade de género, estado de saúde, local de residência, situação económica e social, gravidez, afrodescendência e outros estatutos;
- **Etnia:** grupo de pessoas com vínculos fortes entre si, que partilham historicamente uma unidade cultural e linguística comum e cujas características as distinguem na sociedade onde estão inseridas;
- **Rendimento Equivalente:** o rendimento por adulto equivalente obtém-se dividindo o rendimento total da família por um quociente que traduz a composição familiar e as necessidades de consumo a ela associadas. É construído da seguinte forma: atribui-se o peso de 1 à primeira pessoa adulta, 0,5 às restantes e 0,3 a cada um dos menores de idade;
- **Rendimento Monetário Líquido:** Rendimento monetário obtido pelos agregados e por cada um dos seus membros, proveniente do trabalho (trabalho por conta de outrem e por conta própria), de outros rendimentos privados (rendimentos de capital, propriedade e transferências privadas), das pensões e outras transferências sociais, após dedução dos impostos devidos e das contribuições para a segurança social;

Apêndice dos Valores Básicos Humanos

As definições dos valores básicos humanos presentes neste apêndice foram retiradas do "An Overview of the Schwartz Theory of Basic Values" escrito pelo psicólogo social Shalom H. Schwartz e criador da teoria dos valores básicos humanos (Schwartz, 2012).

Segundo Schwartz, os valores representam aquilo que é importante para cada pessoa e orientam a sua vida. Embora todos tenhamos muitos valores, a importância relativa que atribuímos a cada um varia entre indivíduos.

A teoria dos valores de básicos humanos identifica seis características fundamentais dos valores:

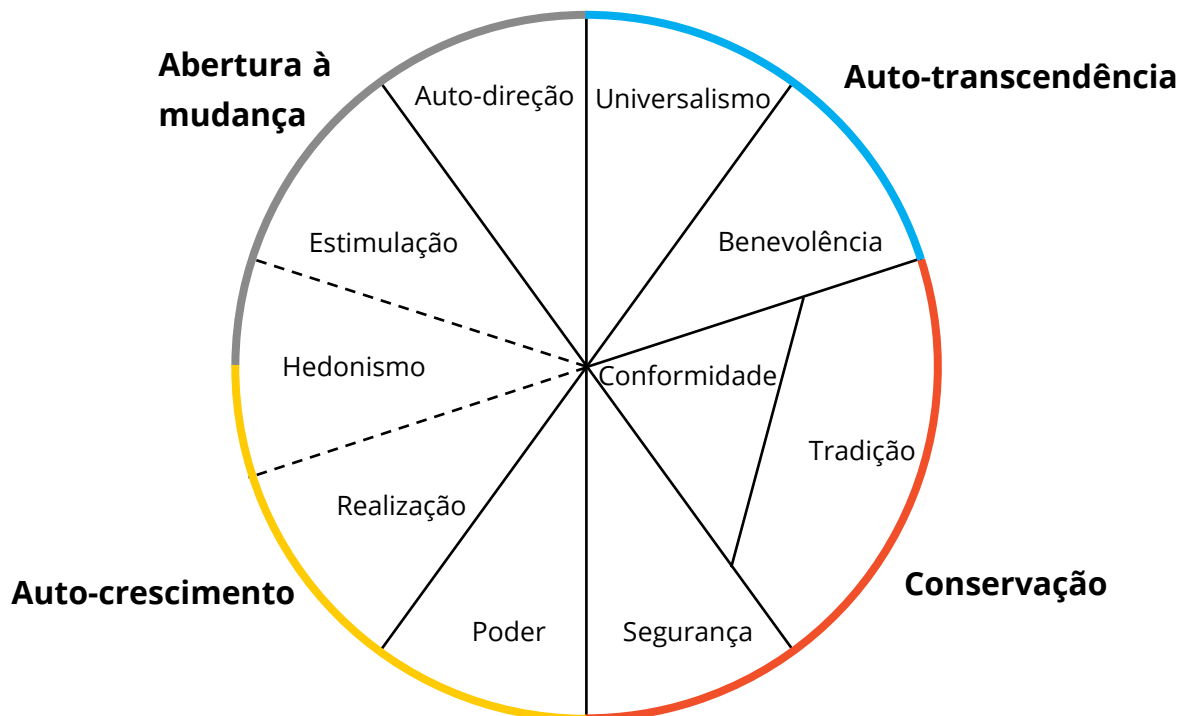
1. **São crenças ligadas às emoções:** quando ativados, os valores despertam sentimentos fortes (ex.: ameaçar a independência gera angústia);
2. **Motivam ações:** os valores traduzem metas desejáveis que impulsionam o comportamento (ex.: justiça, ordem);
3. **São transversais a situações:** aplicam-se em diferentes contextos, ao contrário das normas, que são específicas;
4. **Funcionam como critérios de avaliação:** orientam decisões e julgamentos, mesmo que muitas vezes de forma inconsciente;
5. **Estão organizados hierarquicamente:** cada pessoa ordena os seus valores por importância relativa;
6. **Guiam ações consoante a importância relativa de vários valores:** cada comportamento pode envolver conflitos ou compatibilidades entre vários valores (ex.: tradição vs. hedonismo);

A teoria atribui a origem dos valores a três necessidades humanas universais:

1. necessidades biológicas,
2. requisitos da convivência social,
3. necessidades de sobrevivência e bem-estar dos grupos.

Os valores permitem às pessoas definir metas, comunicá-las e cooperar com os outros, sendo fundamentais para o funcionamento individual e social. Schwartz identifica 10 grandes valores universais agrupados em 4 categorias como mostra a Figura A1.

Figura A1 - Modelo teórico da relação entre os 10 tipos de valores



1. Fonte: Schwartz (2012).

Segurança

Os valores de segurança derivam de necessidades básicas individuais e de grupo. Alguns valores de segurança servem sobretudo interesses individuais (por exemplo, ser asseado/limpo), outros servem interesses mais amplos do grupo (por exemplo, segurança nacional). Mesmo estes últimos expressam, contudo, em grande medida, o objectivo de segurança para si próprio ou para aqueles com quem nos identificamos.

Objetivo: segurança, harmonia e estabilidade da sociedade, das relações e do próprio indivíduo.

Valores: ordenamento social, segurança da família, segurança nacional, asseio/limpeza, reciprocidade de favores.

Tradição

Os grupos, em qualquer parte do mundo, desenvolvem práticas, símbolos, ideias e crenças que representam a sua experiência partilhada e o seu destino comum. Estes elementos passam a ser sancionados como costumes e tradições valorizados pelo grupo. Simbolizam a solidariedade do grupo, exprimem o seu valor único e contribuem para a sua sobrevivência. Muitas vezes assumem a forma de ritos religiosos, crenças e normas de comportamento.

Objetivo: respeito, compromisso e aceitação dos costumes e ideias que a cultura ou religião de cada pessoa oferece.

Valores: respeito pela tradição, humildade, devoção, aceitar o meu lugar/porção na vida.

Conformidade

Os valores de conformidade derivam da necessidade de os indivíduos inibirem inclinações que possam perturbar e comprometer a harmonia das interações e o funcionamento do grupo. Estes valores enfatizam o autocontrolo na interação quotidiana, geralmente com pessoas próximas.

Objetivo: contenção de ações, inclinações e impulsos que possam perturbar ou prejudicar outras pessoas e violar expectativas ou normas sociais.

Valores: obediência, autodisciplina, polidez, honrar os pais e os mais velhos.

Benevolência

Os valores de benevolência derivam da necessidade básica de um funcionamento harmonioso do grupo e da necessidade orgânica de afiliação. As relações mais críticas são as que ocorrem dentro da família e de outros grupos primários. Os valores de benevolência enfatizam a preocupação voluntária com o bem-estar dos outros.

Objetivo: preservar e melhorar o bem-estar daqueles com quem se mantém contacto pessoal frequente (o "grupo interno").

Valores: ser prestável, honesto, indulgente/perdoador, responsável, leal, verdadeira amizade, amor maduro.

Universalismo

Os valores de universalismo derivam das necessidades de sobrevivência de indivíduos e grupos. No entanto, as pessoas só reconhecem estas necessidades quando entram em contacto com outros para além do seu grupo primário alargado e quando se tornam conscientes da escassez dos recursos naturais. Podem então perceber que não aceitar os outros que são diferentes e não os tratar com justiça conduzirá a conflitos potencialmente fatais. Podem também compreender que não proteger o ambiente natural levará à destruição dos recursos dos quais a vida depende. Isto contrasta com o foco no grupo interno característico dos valores de benevolência. O universalismo combina dois subtipos de preocupação: pelo bem-estar daqueles que pertencem à sociedade e ao mundo em geral, e pela natureza.

Objetivo: compreensão, valorização, tolerância e proteção do bem-estar de todas as pessoas e da natureza.

Valores: mente aberta, justiça social, igualdade, um mundo em paz, um mundo de beleza, união com a natureza, sabedoria, proteger o ambiente.

Realização

Um desempenho competente que gere recursos é necessário para que os indivíduos sobrevivam e para que os grupos e instituições alcancem os seus objetivos. Estes valores enfatizam a demonstração de competência segundo os padrões culturais vigentes, obtendo assim aprovação social.

Objetivo: sucesso pessoal através da demonstração de competência de acordo com os padrões sociais.

Valores: ambicioso, bem-sucedido, capaz, influente.

Poder

O funcionamento das instituições sociais requer algum grau de diferenciação de estatuto. Uma dimensão de dominância/submissão surge na maioria das análises empíricas das relações interpessoais, tanto dentro como entre culturas. Para justificar este facto da vida social e motivar os membros do grupo a aceitá-lo, os grupos tendem a tratar o poder como um valor. Os valores de poder podem também ser transformações das necessidades individuais de dominância e controlo.

Objetivo: estatuto e prestígio social, controlo ou domínio sobre pessoas e recursos.

Valores: autoridade, riqueza, poder social.

Auto-direção

A auto-direção deriva das necessidades orgânicas de controlo e domínio e das exigências relacionais de autonomia e independência.

Objetivo: pensamento e ação independentes - escolher, criar, explorar.

Valores: criatividade, liberdade, escolher os próprios objetivos, curiosidade, independência.

Estimulação

Os valores de estimulação derivam da necessidade orgânica de variedade e estímulo, de modo a manter um nível de ativação ótimo e positivo, em vez de ameaçador.

Objetivo: entusiasmo, novidade e desafio na vida.

Valores: uma vida variada, uma vida emocionante, ousadia.

Hedonismo

Os valores hedonistas derivam das necessidades orgânicas e do prazer associado à sua satisfação.

Objetivo: prazer ou gratificação sensorial para si próprio.

Valores: prazer, desfrutar a vida, autoindulgente.